



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

2ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, competência em matérias cível e execução fiscal.

Juiz Federal Titular: Dra. Renata Alice Bernardo Serafim de Oliveira

Juiz Federal Substituto: Dr. Sávio Soares Klein

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 19 a 23 de setembro de 2016, a correição ordinária presencial da 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Iniciados os trabalhos, o Exmo. Sr. Corregedor-Regional, Dr. Guilherme Couto de Castro, a Exma. Sra. Juíza Federal Convocada em auxílio, Dra. Andrea Cunha Esmeraldo e a Exma. Sra. Juíza Federal Convocada em auxílio, Dra. Karla Nanci Grando, compareceram pessoalmente no local, no dia 19 de setembro de 2016, ocasião em que conversaram com a d. Juíza Titular Dra. Renata Alice Bernardo Serafim de Oliveira e com o d. Juiz Substituto, Dr. Sávio Soares Klein, sobre o juízo correicionado.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. Dar o devido andamento aos processos de verificação obrigatória;
3. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido, analisados no relatório de correição;
4. Regularizar as petições pendentes de juntada;
5. Verificar a situação dos processos remetidos aos órgãos externos com prazos vencidos há mais de 30 dias e não devolvidos. Caso tenham sido devolvidos, registrar a devolução no sistema Apolo;
6. Regularizar os processos suspensos;
7. Retificar a classe do processo nº 0032611-77.1999.4.02.5002 para “embargos à execução fiscal” (classe 12006);
8. Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada, conforme indicado no respectivo item deste relatório;
9. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão;
10. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 296 processos com tal fase não informada;
11. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens constritos/penhorados, preenchendo as informações necessárias;
12. Regularizar as informações sobre materiais apreendidos/acautelados no Sistema Apolo, cadastrando os bens nesta situação e informando, onde não constar, o objeto do acautelamento, a correta localização e eventual baixa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Não houve designação de representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União (ES) ou da Ordem dos Advogados do Brasil/ES, para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dra. Renata Alice Bernardo Serafim de Oliveira, em exercício desde 06/04/2015.

. Substituto: Dr. Sávio Soares Klein, em exercício desde 07/05/2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14

Total de Servidores lotados na Vara: 14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analistas Judiciários: 06
Técnicos Judiciários: 08
Técnico Judiciário/Segurança: 00
Auxiliar Judiciário: 00
Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

➔ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Maio/2014		Correição Setembro/2016	
	Cível	Exec. Fiscal	Cível	Exec. Fiscal
Total	3.351	12.349	2.981	11.040
Suspensos	51	2.246	253	4.829
Ag. julga. recurso	115	15	112	11
Tramita. ajustada	3.185	10.088	2.616	6.200
Total Geral (Em tramitação)	13.273		8.816	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de setembro de 2015 a agosto de 2016, extraído em 13/09/2016.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Período	01/09/2015 a 31/08/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	16.058	80,17	41
Decisão	1.844	9,21	56
Sentença	2.128	10,62	38
Total Geral	20.030	100,00	42

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 13/09/2016.

→ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

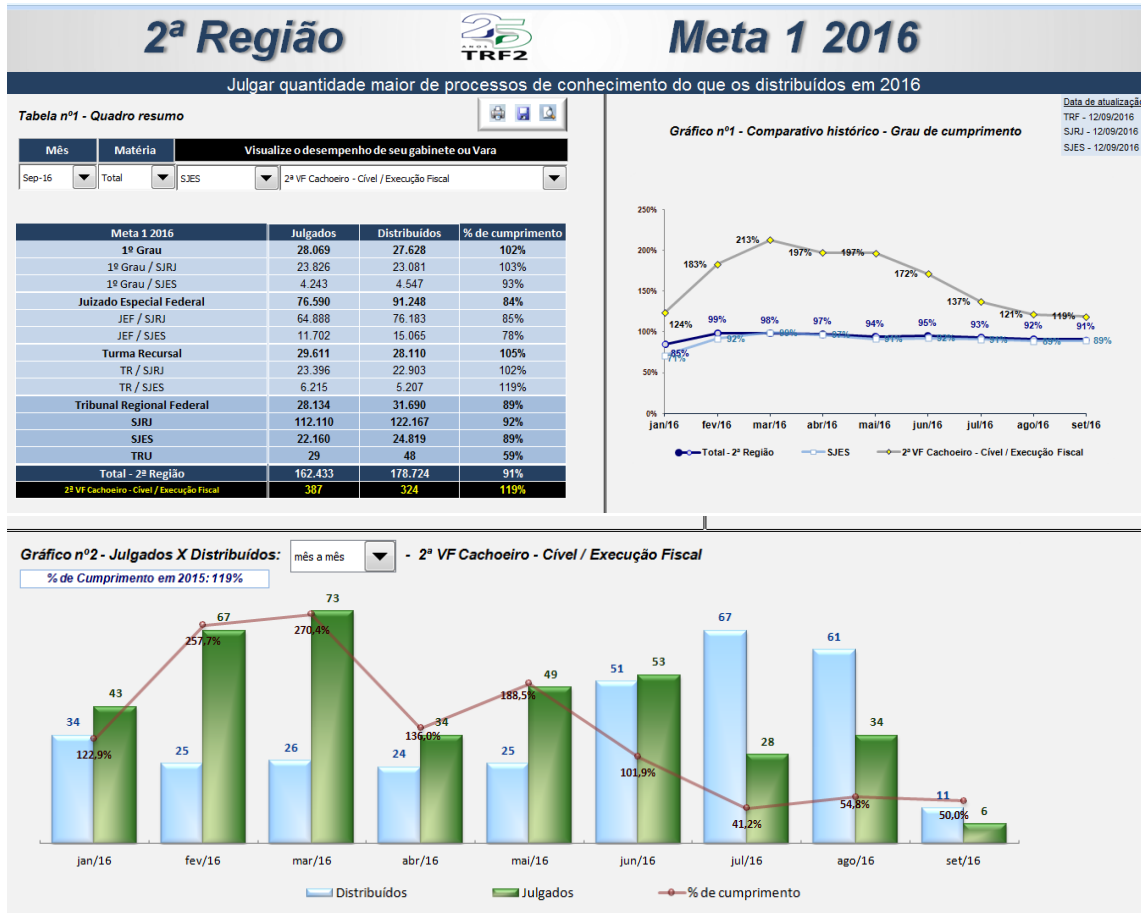
I – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 119%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 13/09/2016.

II – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

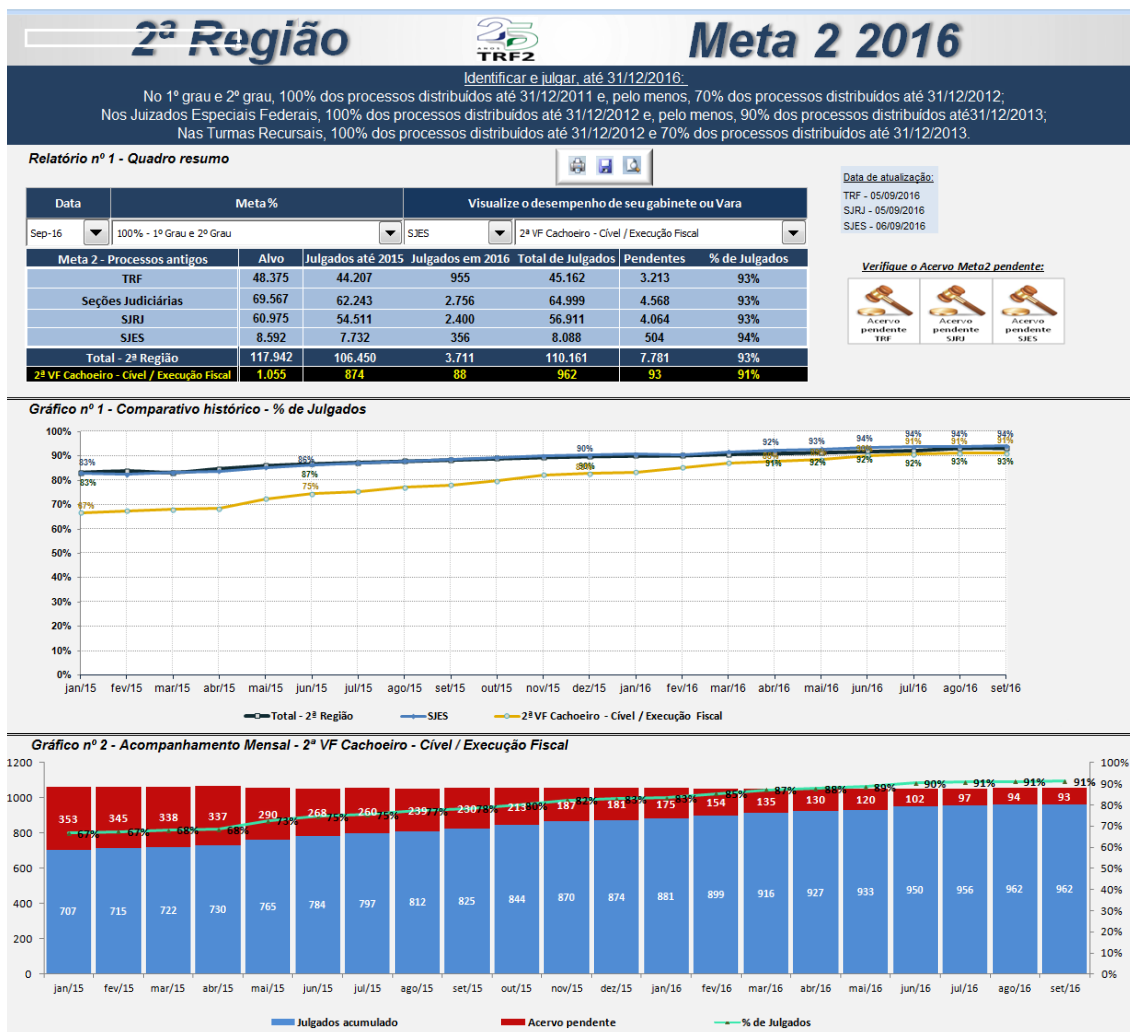
Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a setembro de 2016, o órgão correicionado cumpriu **91%** da meta, havendo 93 processos pendentes.

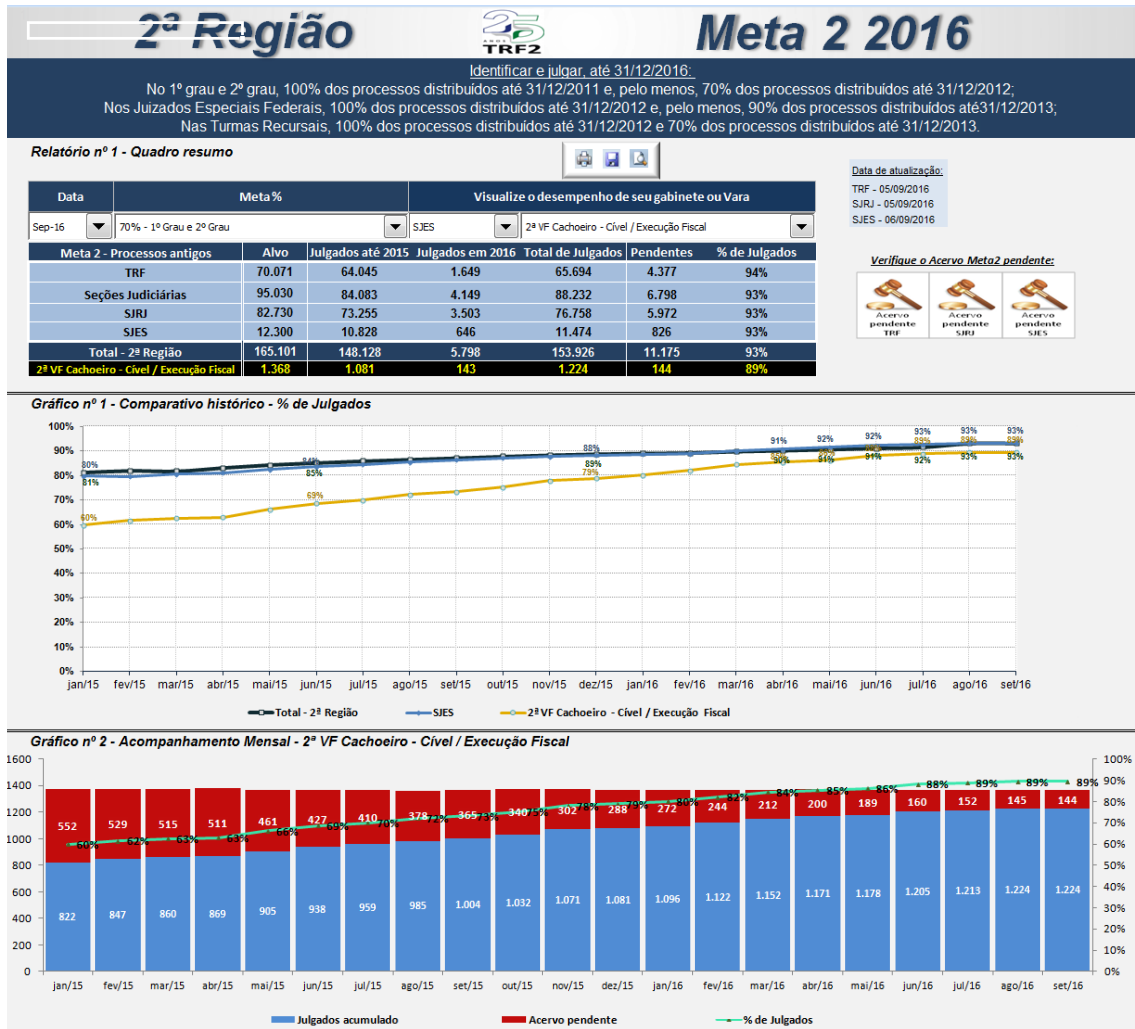


2 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012.

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de janeiro de 2015 a setembro de 2016, o órgão correicionado cumpriu **89%** da meta, havendo 144 processos pendentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Em setembro de 2016, o quadro resumo indicava haver 144 processos pendentes:

Ano	2016			▼
Mês	Setembro			▼
Vara	2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal			▼
Acervo pendente SJES				
Contar de Processo		Última movimentação		▼
Ano distribuído	▼	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	Total geral
2004		1	0	1
2005		2	0	2
2006		2	0	2
2007		3	0	3
2008		16	0	16
2009		14	0	14
2010		21	4	25
2011		28	2	30
2012		47	4	51
Total geral		134	10	144



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ Sem movimentação há mais de 100 dias: 10 processos

00002103920104025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00002095420104025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00004563520104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00018377820104025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00010493020114025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00021812520114025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00023553420114025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00002626420124025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00014733820124025002	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
00016397020124025002	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00002103920104025002 – Autuado em 10/02/2010. Embargos à Execução Fiscal (classe 12006). Decisão recebendo os embargos e determinando a citação da embargada para impugnação, devendo trazer cópia do processo administrativo, em 01/03/2010. Despacho determinando a intimação da embargante para se manifestar sobre a impugnação, bem como para especificar as provas, em 28/11/2013. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, em 24/03/2014. Despacho determinando o cumprimento do despacho anterior, em 13/04/2016. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 19/05/2016.**

00002095420104025002 – Autuado em 10/02/2010. Embargos à Execução Fiscal (classe 12006). Decisão recebendo os embargos e determinando a citação da embargada para impugnação, devendo trazer cópia do processo administrativo, em 22/02/2010. Despacho determinando a intimação da embargante para se manifestar sobre a impugnação, bem como para especificar as provas, em 26/11/2013. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, em 02/04/2014. Despacho determinando o cumprimento do despacho anterior, em 12/04/2016. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 19/05/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00010493020114025002 – Autuado em 02/08/2011. Embargos à Execução Fiscal (classe 12006). Decisão recebendo os embargos e determinando a citação da embargada para impugnação, devendo trazer cópia do processo administrativo, em 05/08/2011. Despacho determinando a intimação da embargante para se manifestar sobre a impugnação, bem como para especificar as provas, em 26/11/2013. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, em 02/04/2014. Despacho determinando o cumprimento do despacho anterior, em 24/06/2015. Feito convertido em diligências para deferir o requerido no item “b” de fl. 43, com a intimação da embargada e, posteriormente, da embargante, em 15/03/2016. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 25/05/2016.**

00002626420124025002 – Autuado em 24/02/2012. Embargos à Execução Fiscal (classe 12006). Decisão recebendo os embargos e determinando a citação da embargada para impugnação, com posterior intimação da embargante para especificar as provas que pretende produzir e se manifestar sobre a impugnação, em 10/05/2012. Despacho determinando a intimação das partes da digitalização do feito, em 24/03/2014. Despacho determinando a renovação da intimação da embargada, com posterior intimação da embargante, na forma do despacho anterior, em 29/09/2015. Ato ordinatório determinando a intimação da embargante para manifestação, em 11/12/2015. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 14/01/2016.**

00014733820124025002 – Autuado em 13/08/2012. Execução por título extrajudicial (classe 4002). Decisão deferindo a liminar de busca e apreensão, com expedição de carta precatória para a citação da ré, entre outras providências, em 17/04/2013. Ato ordinatório determinando vista às partes para ciência do resultado da carta precatória, em 10/10/2013. Despacho indeferindo o requerimento de fls. 56/57, e determinando a intimação da autora para informar se tem interesse em converter a presente ação de busca e apreensão em ação executiva, em 09/07/2015. Decisão deferindo a conversão da ação em ação de execução por título extrajudicial, em 06/09/2016. Último movimento: remessa interna para o Setor de Distribuição, em 09/09/2016.

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 134 processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00004971220044025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00012312620054025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00126651520054025001	05010-AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
00005857920064025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00116463720064025001	06002-AÇÃO POPULAR
00008573920074025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00014974220074025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00018906420074025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00016677720084025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00002127720084025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00002620620084025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00022086020084025051	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00007964720084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007956220084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007939220084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007947720084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007921020084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007895520084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007887020084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007860320084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007834820084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007843320084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00007851820084025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00009498020084025002	01008-ORDINÁRIA/ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL
00002687620094025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00025257420094025002	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00008126420094025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00006800720094025002	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00004939620094025002	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00015479720094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00024677120094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00026244420094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00026235920094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00021983220094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00024027620094025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00023992420094025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00020831120094025002	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00012482320094025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00002927020104025002	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00000605820104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00000597320104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00020387020104025002	05005-OPOSIÇÃO
00025189520104025051	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00019278620104025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00010756220104025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00005083120104025002	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00005707120104025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00002692720104025002	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
00107253920104025001	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00011154420104025002	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00004303720104025002	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00009448720104025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00013484120104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00004598720104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00004546520104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00006321420104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00008244420104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00020378520104025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00016212020104025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00001347820114025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00016339720114025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00009384620114025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00011359820114025002	05010-AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
00091133220114025001	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00014000320114025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00017179820114025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00018192320114025002	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00014529620114025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00004092720114025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00002854420114025002	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00021795520114025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00003131220114025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00009393120114025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00084837320114025001	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00011766520114025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00011567420114025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00011558920114025002	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00087712120114025001	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
00016478120114025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00015516620114025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00021839220114025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00004586820114025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00000828220114025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00000819720114025002	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00002469420114025051	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00000057320114025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00016729420114025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00017557620124025002	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00017549120124025002	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
01002661220124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00017609820124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00020995720124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00040040320124025001	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00008792420124025002	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00000010220124025002	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00000070920124025002	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00000036920124025002	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00018163420124025002	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00020181120124025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00007822420124025002	05027-AÇÃO RENOVATÓRIA
00018804420124025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00014162020124025002	10004-CAUTELAR BUSCA E APREENSÃO
00000305220124025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00001976920124025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00015946620124025002	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
00020501620124025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00016370320124025002	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
00016388520124025002	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
00015712320124025002	05045-AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
00020744420124025002	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00011555520124025002	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00010403420124025002	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00019782920124025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00014266420124025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00011737620124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00039931820124025051	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00002609420124025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00001794820124025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00001803320124025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00015521720124025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
01003276720124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00022178020124025051	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00009112920124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
01004039120124025002	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00013365620124025002	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00020822120124025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00013521020124025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00007138920124025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00007120720124025002	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00012157520124025051	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00002461320124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
01006559420124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00008350520124025002	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00006047520124025002	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00022086020084025051 – Autuado em 20/11/2008. Ação ordinária/outras (classe 1005). Processo redistribuído para a 2ª Vara Federal de Cachoeiro de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Itapemirim, considerando que a Resolução nº TRF2-RSP-2013/00037, de 09/08/2013 transformou a 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim no 1º Juizado Especial Federal, bem como fixou a competência das demais Varas dessa Subseção Judiciária, em 28/08/2013. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, bem como suspendendo o curso do processo, diante do falecimento da autora, com a intimação de seu advogado, em 26/06/2014. Despacho deferindo a dilação do prazo, a fim de que seja promovida a sucessão processual, em 14/11/2014. Despacho determinando a intimação de possível herdeiro para habilitação sob pena de extinção do processo com fulcro no art. 267, IV do CPC, em 22/06/2015. Despacho determinando a devolução da carta precatória para regular cumprimento, em 27/11/2015. Despacho determinando a devolução da carta precatória, tendo em vista que foi devolvida sem a devida justificativa, em 05/07/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando prazo, em 29/08/2016.

00007964720084025002 – Autuado em 22/07/2008. Reintegração/Manutenção de posse (classe 5011). Liminar indeferida, em 27/08/2008. Deferido o requerimento de gratuidade de justiça formulado pelo réu, com determinação de intimação das partes sobre as provas que pretendem produzir, em 06/07/2009. Decisão deferindo a prova pericial, em 23/02/2011. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, bem como da fixação dos honorários periciais, entre outras providências, em 23/04/2014. Decisão deferindo a sucessão processual, passando a constar a ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A em substituição ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT e deferindo o ingresso da ANTT, como assistente simples da ECO101, entre outras providências, em 22/06/2015. Decisão indeferindo o pedido de suspensão da demanda, entre outros, em 15/01/2016. Despacho designando perícia para 22/09/2016, em 10/08/2016. Decisão mantendo a realização da perícia, em 29/08/2016. Último movimento: remessa carga para advogado por motivo de manifestação, em 15/09/2016.

00040040320124025001 – Autuado em 02/04/2012. Ação ordinária/previdenciária (classe 1002). Processo redistribuído para a 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, considerando que a Resolução nº TRF2-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RSP-2013/00037, de 09/08/2013 transformou a 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim no 1º Juizado Especial Federal, bem como fixou a competência das demais Varas dessa Subseção Judiciária, em 29/08/2013. Revelia do INSS decretada, em 27/03/2014. Decisão chamando o feito à ordem e declinando da competência para o Juizado Especial, em 15/09/2014. Decisão reconsiderada, em 13/01/2015. Feito convertido em diligências para determinar a intimação da autora, com posterior vista ao INSS, em 26/03/2015. Despacho determinando a intimação da demandante para que informe se já houve resposta quanto ao requerimento administrativo, entre outras providências, em 16/10/2015. Despacho determinando vista às partes para ciência da juntada do PPP, em 21/03/2016. Despacho determinando a intimação da Secretaria de Estado para que complete o PPP, com posterior vista às partes, em 09/08/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado, em 30/08/2016.

00007822420124025002 – Autuado em 27/04/2012. Ação Renovatória (classe 5027). Processo redistribuído para a 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, considerando que a Resolução nº TRF2-RSP-2013/00037, de 09/08/2013 transformou a 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim no 1º Juizado Especial Federal, bem como fixou a competência das demais Varas dessa Subseção Judiciária, em 29/08/2013. Despacho determinando a intimação da autora para que recolha as custas relativas ao cumprimento da carta precatória, com posterior intimação da ré para especificar as provas que pretende produzir, em 01/04/2014. Decisão deferindo a prova pericial e determinando diversas providências, em 26/08/2015. Despacho designando audiência de conciliação para 14/07/2016 e revogando a nomeação do perito, em 13/06/2016. Despacho proferido em audiência para deferir o prazo de dez dias para que advogado da CEF apresente resposta final acerca da proposta apresentada pela parte ré, vindo posteriormente os autos conclusos para apreciação do pedido de fixação de aluguel provisório, entre outras providências, em 14/07/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo processamento, em 12/09/2016.

00007120720124025002 – Autuado em 30/03/2012. Embargos de Terceiro (classe 12005). Decisão recebendo os embargos, após emenda à inicial e determinando diversas providências, entre elas a correção de ofício do valor da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

causa e o indeferimento do pedido de tutela antecipada, em 06/05/2013. Processo redistribuído para a 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, considerando que a Resolução nº TRF2-RSP-2013/00037, de 09/08/2013 transformou a 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim no 1º Juizado Especial Federal, bem como fixou a competência das demais Varas dessa Subseção Judiciária, em 28/02/2014. Despacho determinando a citação dos embargados, com posterior intimação dos embargantes para se manifestarem sobre as impugnações, bem como para especificar as provas, em 02/07/2015. Despacho determinando a citação da União, ocasião em que deverá especificar provas, entre outras providências, em 29/04/2016. Decisão deferindo a prova testemunhal e concedendo prazo para apresentação de rol de testemunhas, em 27/07/2016. Último movimento de juntada, em 26/08/2016.

Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 13/09/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 19/09/2016.**

III – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho).

Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.

OBS: Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, não foi possível verificar o cumprimento desta meta.

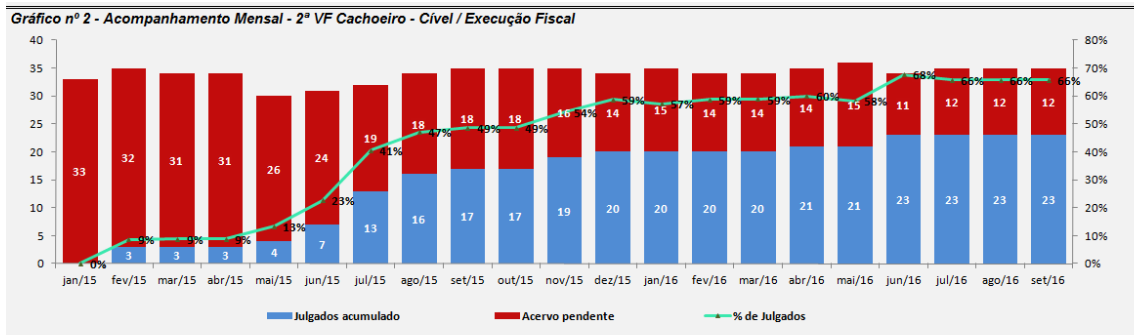
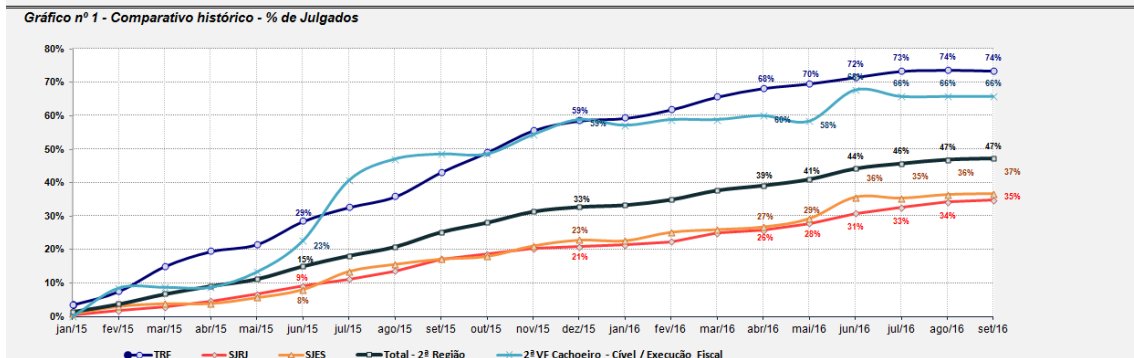
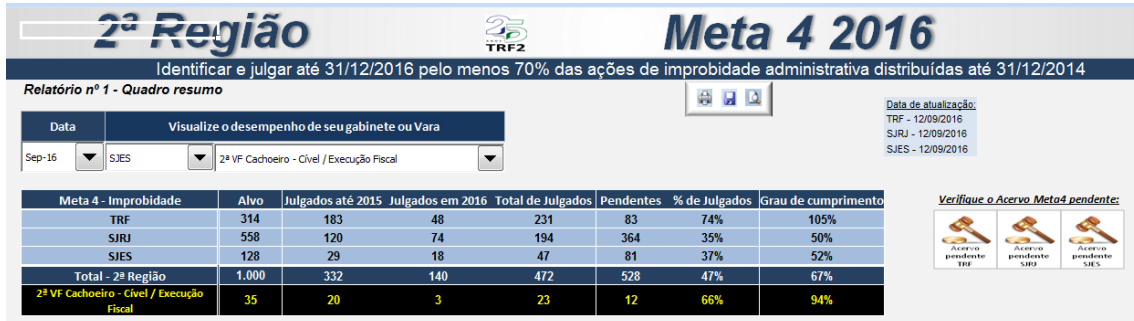
IV – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar até 31/12/2016 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 94%**, havendo 12 processos pendentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



➔ Sem movimentação há menos de 100 dias: 12 processos

00024677120094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00015479720094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00021983220094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00026244420094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00026235920094025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00009448720104025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00016212020104025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00003131220114025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00021795520114025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00010158420134025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00001580420144025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
01091263120144025002	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00015479720094025002 – Autuado em 05/08/2009. Processo com sigilo de peças, conforme decisão proferida em 18/06/2013. Decisão decretando a indisponibilidade de bens, entre outras providências, em 06/12/2012. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, em 18/06/2014. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação do réu, entre outras providências, em 23/06/2014. Prova testemunhal deferida, em 19/03/2015. Despacho determinando a intimação das partes sobre o retorno da carta precatória, em 17/02/2016. Feito convertido em diligências para determinar vista ao MPF, com fulcro no art. 179 do NCPC e no §4º do art. 17 da Lei nº 8.429/92. O processo encontra-se, atualmente, concluso para sentença, desde 01/08/2016.

00021983220094025002 – Autuado em 09/10/2009. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação do réu, em 05/04/2013. Processo redistribuído para a 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, considerando que a Resolução nº TRF2-RSP-2013/00037, de 09/08/2013 transformou a 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim no 1º Juizado Especial Federal, bem como fixou a competência das demais Varas dessa Subseção Judiciária, em 30/08/2013. Despacho determinando a intimação das partes sobre as provas que pretendem produzir, em 10/12/2013. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, em 27/06/2014. Decisão rejeitando a denúncia da lide e decretando a indisponibilidade de bens, entre outras providências, em 06/04/2015. Em 10/03/2016, designada audiência por videoconferência para o dia 14/04/2016. Ato ordinatório determinando a intimação das partes sobre a data designada para a realização de audiência deprecada, em 26/07/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando audiência, em 02/09/2016.

00009448720104025002 – Autuado em 17/06/2010. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação do réu, entre outras providências, em 14/03/2012. Despacho determinando a intimação das partes para se manifestarem em provas, em 02/04/2013. Prova testemunhal deferida, com expedição de cartas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

precatórias, em 27/01/2014. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da devolução das cartas precatórias, em 13/07/2015. Despacho determinando nova remessa de carta precatória, em 27/11/2015. Despacho determinando a intimação das partes sobre o retorno da precatória, em 18/04/2016. Ato ordinatório determinando a intimação das partes para ciência da redesignação da audiência para o dia 24/08/2016, em 12/07/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando devolução de carta precatória, em 25/08/2016.

00021795520114025002 – Autuado em 06/12/2011. Processo oriundo da Justiça Estadual. Despacho ratificando os atos praticados perante a Justiça Estadual e determinando a digitalização dos autos, entre outras providências, em 13/11/2012. Despacho autorizando a formação de autos físicos suplementares, referentes dos documentos que instruem a inicial, em 10/05/2013. Despacho determinando a remessa dos autos ao MPF, em 05/05/2014. Despacho determinando a expedição de ofício à CEF, em 08/01/2015. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação dos réus, em 18/03/2016. Último movimento de juntada, em 15/09/2016.

01091263120144025002 – Autuado em 25/08/2014. Decisão julgando extinta a ação sem julgamento do mérito, em relação ao pedido condenatório por ato de improbidade administrativa relacionado à fraude nos benefícios previdenciários NB 41/141.059.377-8 e NB 41/131.407.385-8, devendo qualquer pretensão relativa a esses benefícios ser decidida e analisada na ação nº 0000949-75.2011.4.02.5002, a esta conexa, bem como indeferindo o pedido de indisponibilidade e determinando a notificação do réu, em 21/01/2015. Decisão determinando a reversão da anotação de sigilo de peças, em 20/03/2015. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação do réu, entre outras providências, em 09/06/2015. Decisão determinando o cumprimento da decisão proferida em agravo de instrumento, a qual decretou a indisponibilidade de bens, entre outras providências, em 17/02/2016. Despacho determinando vista ao MPF, em 01/07/2016. Despacho deferindo prazo de trinta dias para que o MPF apresente a documentação, em 15/09/2016. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 13/07/2016.**



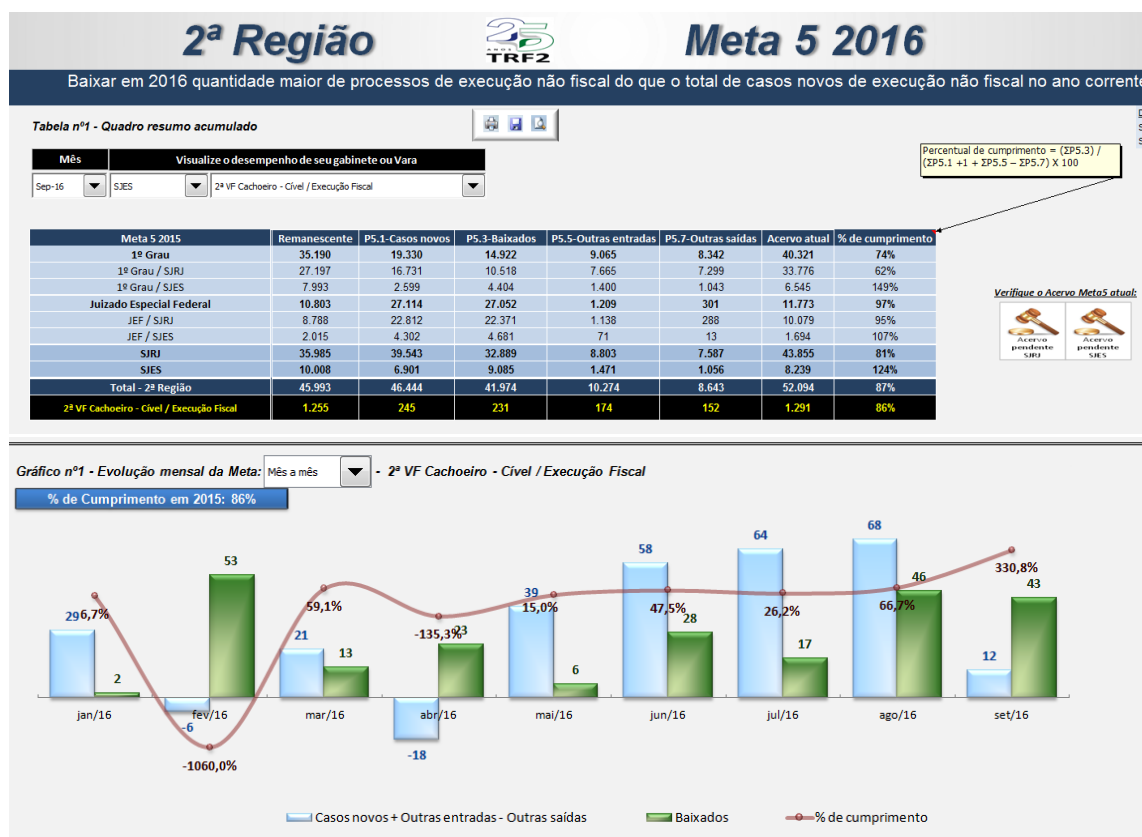
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 13/09/2016 e consultas ao Apolo, posição até 20/09/2016.

V – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Tribunais Regionais Federais)

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 86 %**, como ilustra o gráfico a seguir:



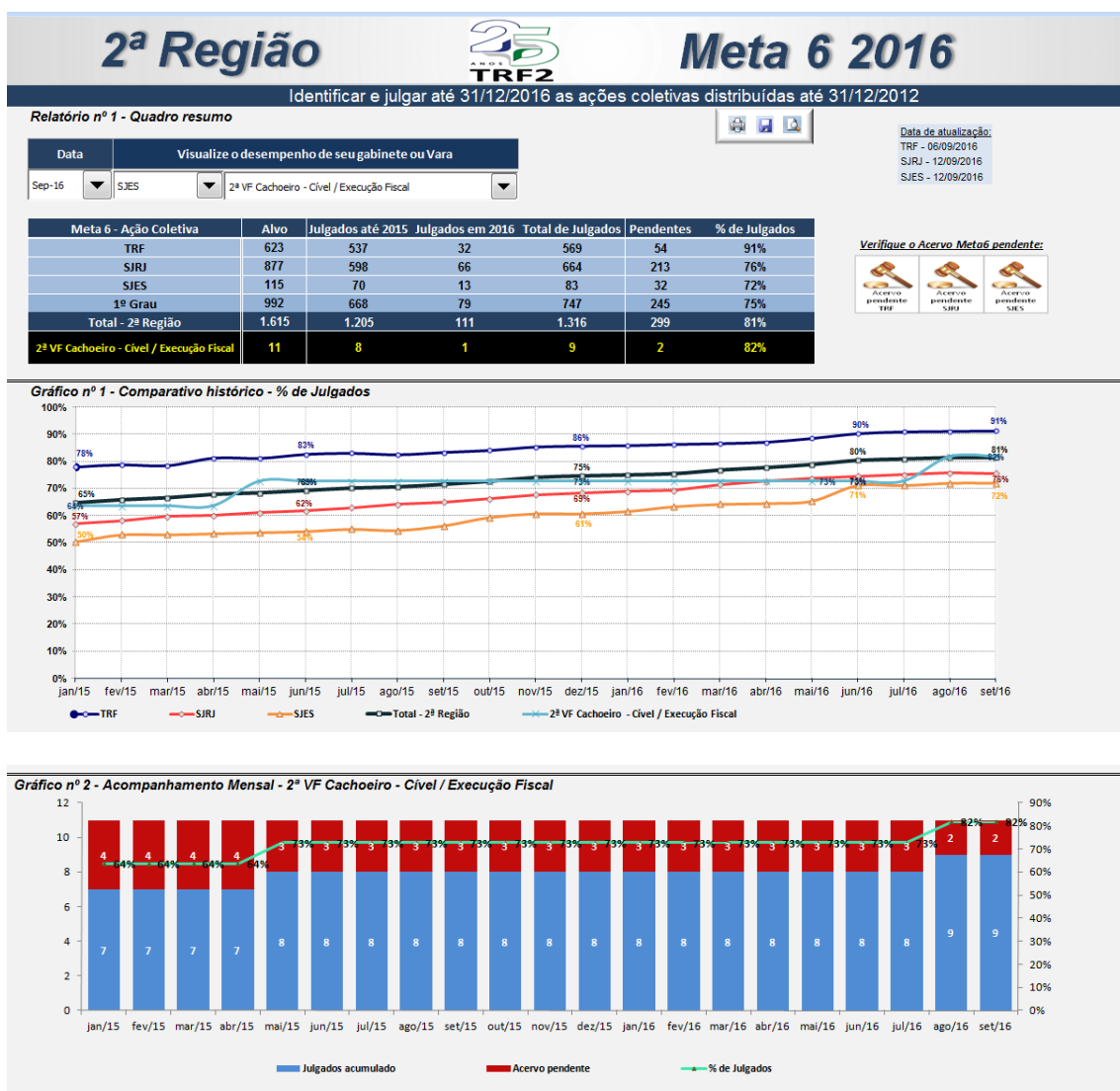
Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 13/09/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas
Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas, o percentual de cumprimento desta Meta é de **82%**, havendo 02 processos pendentes.



➔ Sem movimentação há menos de 100 dias: 12 processos

00116463720064025001	06002-AÇÃO POPULAR
00020831120094025002	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados os referidos processos:

00116463720064025001 – Autuado em 27/12/2006. Ação Popular (classe 6002). Decisão deferindo o pedido liminar e determinando a citação dos réus, em 15/01/2007. Decisão declinando da competência para a Justiça Federal de Cachoeiro de Itapemirim, em 02/02/2007. Decisão suscitando conflito de competência, em 15/03/2007. Decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela e determinando a intimação dos autores, em 13/01/2009. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização dos autos, em 27/05/2014. Despacho determinando a intimação do MPF, com posterior conclusão para sentença, em 14/07/2015. Despacho determinando a expedição de ofício ao Município de Piúma para que preste esclarecimentos acerca do percentual de unidades domiciliares urbanas cobertas por sistema de esgotamento sanitário, em 31/08/2015. Despacho determinando a intimação pessoal do gestor do polo da Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN) do Município de Piúma/ES para que preste esclarecimentos, em 14/04/2016. Despacho determinando a intimação das partes sobre os esclarecimentos, em 29/07/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando prazo, em 12/09/2016.

00020831120094025002 – Autuado em 30/09/2009. Ação Civil Pública (classe 6001). Decisão deferindo a tutela antecipada e determinando que as partes se manifestem em provas, entre outras providências, em 25/04/2013. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, entre outras providências, em 16/09/2014. Decisão recebendo a petição do MPF como emenda à inicial e determinando a inclusão do Estado do Espírito Santo no polo passivo, com a sua citação, em 06/05/2015. Despacho determinando a intimação dos Municípios para manifestação, com posterior vista ao MPF, em 01/07/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando prazo, em 12/09/2016.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 13/09/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 20/09/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VII – META 7/2016: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

**➔ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analizando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:

. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 1007):

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 01

00013205919994025002 – Autuado em 05/03/1999. Sentença de procedência (tipo A), em 03/12/2007. Despacho determinando a intimação do MPF, diante do trânsito em julgado, em 27/02/2008. Despacho determinando a remessa dos autos à Contadoria, em 10/03/2008. Despacho determinando o retorno dos autos à Contadoria para refazer o cálculo, incluindo a multa civil, em 01/08/2008. Despacho determinando a intimação do réu para pagamento, em 08/05/2009. Decisão autorizando o BACENJUD, entre outras providências, em 30/07/2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização dos autos, bem como para que se manifestem sobre o auto de penhora, em 14/07/2014. Despacho determinando o acesso ao INFOJUD, entre outras providências, em 05/05/2015. Despacho determinando a expedição de ofício à Receita Federal, em 14/03/2016. Despacho determinando a intimação a expedição de ofício ao Serviço Notarial, em 13/07/2016. Último movimento de juntada, em 12/09/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 13/09/2016 e consultas ao Apolo, posição até 22/09/2016.

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Total: 00
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 00

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 13/09/2016.

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Total: 01
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 01

00116463720064025001 – processo já analisado na Meta 06.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 13/09/2016.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Classe 6001 (Ação Civil Pública):

Total: 37

Suspensos: 07

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 30

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00003865720064025002 – processo físico. Decisão deferindo a liminar para determinar a imediata interdição das atividades da ré, até que esteja legalmente licenciada, com a citação do réu, em 27/03/2006. Despacho decretando a revelia do réu, em 09/05/2007. Sentença de procedência parcial (tipo A), em 22/10/2007. Certidão de trânsito em julgado, em 28/08/2008. Despacho determinando a intimação do réu para o cumprimento da sentença, em 25/01/2010. Despacho determinando que o IBAMA se manifeste sobre o interesse no prosseguimento da execução, em 22/07/2013. Despacho determinando a intimação da executada para apresentar o valor atualizado da dívida, considerando as várias diligências já efetuadas nos autos, especialmente com a expedição de três cartas precatórias visando à satisfação do crédito, sem sucesso, em 08/07/2015. Decisão autorizando o bloqueio através de BACENJUD, entre outras providências, em 27/04/2016. Despacho determinando que o IBAMA seja intimado para requerer o que for de direito, diante da diligência que restou infrutífera, em 04/08/2016. Último movimento de juntada, em 02/09/2016.

00002808020154025002 – Autuado em 07/07/2015. Processo oriundo da Justiça Estadual. Autos físicos encaminhados ao MPF para análise, conforme determinação de 09/07/2015. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, em 15/03/2016. Decisão determinando a exclusão do Município de Marataízes e do Ministério Público Estadual do polo ativo, restando somente a União, com a ressalva de que o MPF atuará como *custos legis*, em 08/07/2016. Último movimento: remessa/carga para o Município de Marataízes por motivo de recurso, em 08/09/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00009807120064025002 – Autuado em 21/07/2006. Decisão determinando a realização de perícia, em 28/05/2008. Sentença de procedência (tipo A), em 03/09/2013. Despacho de determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, bem como a intimação da União, em 14/07/2014. Despacho determinando a expedição de carta precatória para a intimação pessoal do réu para que comprove o cumprimento da obrigação, em 03/12/2014. Decisão determinando a realização de perícia, em 28/05/2015. Despacho determinando a intimação do perito para manifestação, devendo reformular seus honorários, se for o caso, em 27/10/2015. Despacho determinando a intimação da ré para se manifestar sobre a proposta de honorários, em 20/11/2015. Despacho determinando a intimação do perito para formular, justificadamente, proposta de honorários, com posterior vista às partes, em 15/03/2016. Despacho nomeando novo perito, bem como fixando os honorários, em 30/06/2016. Ato ordinatório designando a perícia para o dia 03/10/2016, em 15/08/2016. Último movimento: devolução de remessa, em 02/09/2016.

00016800820104025002 – Autuado em 04/10/2010. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, bem como a intimação da União, em 04/07/2013. Despacho determinando a instauração de autos físicos complementares, bem como a intimação das partes para se manifestarem em provas, em 27/11/2013. Sentença de procedência parcial (tipo A), proferida em 13/06/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando prazo, em 01/09/2016.

00152452920164025002 – Autuado em 08/06/2016. Despacho determinando a intimação do Município para que se manifeste sobre o pedido de concessão de tutela de evidência, em 27/07/2016. Decisão deferindo os pedidos formulados em sede de tutela de evidência e determinando a citação dos réus para que compareçam à audiência designada para o dia 03/10/2016, em 30/08/2016. Último movimento: devolução de remessa, em 12/09/2016.

Classe 6006 (Ação Civil Pública/Improbidade):

Total: 20

Suspensos: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 19

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00024677120094025002 – Autuado em 30/11/2009. Processo com sigilo de peças. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação dos réus, em 11/02/2011. Decisão deferindo a prova testemunhal e indeferindo, por outro lado, a prova pericial e a inspeção, em 24/04/2014. Despacho nomeando perito, em 30/07/2015. Decisão determinando a intimação das partes, em 07/07/2016. Último movimento: remessa/carga para o MPF, em 12/09/2016.

01091263120144025002 – Autuado em 25/08/2014. Decisão julgando parcialmente extinta a ação e determinando a notificação do requerido, entre outras providências, em 21/01/2015. Decisão revertendo a anotação de sigilo de peças, em 20/03/2015. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação do réu, em 09/06/2015. Decisão determinando o cumprimento do determinado em agravo de instrumento, em relação à decretação de indisponibilidade de bens, bem como a intimação das partes para especificarem provas, em 17/02/2016. Despacho determinando abertura de vista ao MPF, pelo prazo de 30 dias, em 15/09/2016. Último movimento: remessa/carga para o MPF, em 16/09/2016.

00021795520114025002 – Autuado em 06/12/2011. Processo oriundo da Justiça Estadual. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização dos autos e autorizando a formação de autos físicos suplementares, em 10/05/2013. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação dos réus, em 18/03/2016. Último movimento de juntada, em 15/09/2016.

00009448720104025002 – Autuado em 17/06/2010. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação do réu, em 14/03/2012. Despacho determinando a intimação das partes sobre o retorno das cartas precatórias expedidas para a oitiva das testemunhas arroladas, em 13/07/2015. Despacho determinando a expedição de nova carta precatória, diante do novo endereço apresentado, em 27/11/2015. Ato ordinatório determinando a intimação das partes sobre a redesignação da audiência em carta precatória para o dia 24/08/2016, em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

12/07/2016. Último: movimentação cartorária tipo aguardando devolução de carta precatória, em 25/08/2016.

00010158420134025002 – Autuado em 19/08/2013. Decisão recebendo a inicial e determinando a citação do réu, em 08/06/2015. Despacho determinando a suspensão do feito por três meses, diante do falecimento do réu, em 18/04/2016. **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 11/07/2016, com minuta no sistema.**

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 13/09/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 22/09/2016.**

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Classe 5010 (Ação de Desapropriação):

Total: 39

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 37

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

01193413220154025002 – Autuado em 27/07/2015. Decisão deferindo a imissão provisória na posse, determinando a citação do réu e nomeando perito para a avaliação dos bens, entre outras providências, em 01/09/2015. Despacho determinando a inclusão da esposa do réu no polo passivo, bem como a intimação do perito para apresentar proposta de honorários, em 11/04/2016. Ato ordinatório determinando a intimação das partes para a realização da perícia no dia 28/07/2016, em 05/07/2016. Último movimento de juntada, em 31/08/2016.

00011359820114025002 – Autuado em 15/08/2011. Decisão indeferindo o pedido de concessão de liminar e determinando a citação dos expropriados, entre outras providências, em 26/08/2011. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização do feito, bem como nomeando perito, em 29/07/2014. Ato ordinatório determinando a intimação das partes para ciência da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

designação do dia 24/02/2015 para a realização de perícia, em 09/01/2015. Despacho determinando o cadastramento da reserva do valor solicitado, mediante lavratura de Termo de penhora, em caráter cautelar, entre outras providências, em 22/04/2015. Feito convertido em diligências para determinar a intimação do INCRA, com posterior intimação da ré, em 03/08/2016. Ato ordinatório determinando a intimação da ré para manifestação, no prazo de quinze dias, em 30/08/2016. Último movimento: remessa/carga para advogado, em 30/08/2016.

00113921119994025001 – Autuado em 13/12/1999. Despacho determinando a intimação das partes para ciência da digitalização dos autos, bem como a intimação dos réus para que se manifestem sobre a necessidade de realização de perícia, diante do longo tempo desde a data de imissão provisória na posse, em 20/05/2014. Despacho deferindo o prazo de quinze dias para manifestação, tendo em vista a informação de que a reunião entre as partes se daria em março do corrente ano, em 14/05/2015. Suspensão do feito deferida pelo prazo de 60 dias, em 08/07/2015. Despacho reativando o processo e determinando a realização de perícia, em 23/11/2015. Despacho concedendo o prazo derradeiro de trinta dias para que a empresa ré comprove as diligências efetuadas para finalização das tratativas extrajudiciais implementadas, em 04/03/2016. Audiência de conciliação designada para o dia 16/06/2016, em 29/04/2016. Sentença homologando a transação efetuada, na forma do art. 487, III. “c” do NCPC (tipo A), proferida em 17/06/2016. Último movimento: movimentação cartorária, em 16/09/2016.

01140444420154025002 – Autuado em 19/06/2015. Decisão deferindo a imissão provisória na posse, determinando a citação do réu e nomeando perito para a avaliação dos bens, entre outras providências, em 31/08/2015. Despacho determinando a intimação da autora sobre a contestação, bem como a intimação das partes sobre a proposta de honorários, em 19/05/2016. Despacho determinando a intimação das partes para a realização da perícia no dia 31/08/2016, em 15/08/2016. Último movimento: remessa/carga para perito, em 12/09/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01139968520154025002 – Autuado em 18/06/2015. Decisão deferindo a imissão provisória na posse, determinando a citação dos réus e nomeando perito para a avaliação dos bens, entre outras providências, em 28/08/2015. Despacho determinando a intimação da autora sobre a contestação, bem como decretando a revelia de alguns réus, entre outras providências, em 20/05/2016. Ato ordinatório determinando a intimação das partes sobre a proposta de honorários, devendo a parte autora, em caso de concordância, efetuar o depósito judicial correspondente à disposição do Juízo, em 02/08/2016. Último movimento de juntada, em 15/08/2016. **O feito encontra-se parado desde então.**

Classe 5018 (Ação de Desapropriação de imóvel rural por interesse social):

Total: 02

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 02

Foram analisados os seguintes processos:

00003953820144025002 – Autuado em 29/04/2014. Decisão determinando a citação do expropriando, bem como a expedição de ofícios, entre outras providências, em 15/05/2014. Decisão determinando a realização de perícia, entre outras providências e esclarecendo que o pedido de imissão de posse será analisado posteriormente, em 16/05/2016. Último movimento: devolução de remessa, em 21/09/2016.

00031613820124025001 – Autuado em 08/03/2012. Decisão indeferindo o pedido liminar de imissão na posse e determinando a citação dos expropriandos, entre outras providências, em 19/03/2013. Sentença (tipo C), proferida em 20/06/2016. Último movimento: movimentação cartorária tipo aguardando prazo, em 06/09/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 13/09/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 22/09/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **AUDIÊNCIAS (DE SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2015)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 60 audiências designadas, sendo a primeira de 20/09/2015 e a última de 03/08/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Foram identificados os seguintes locais virtuais para as iniciais:

- **CÍVEL - INICIAIS:** com 29 documentos, sendo o mais antigo o de 02/08/2016 sob o nº 0009651-81.2016.4.02.5051.
- **EXECUÇÃO FISCAL - (PROCESSAMENTO) AG. ANÁLISE INICIAIS 3000:** 22 documentos, sendo o mais antigo o de 13/09/2016 sob o nº 0026945-02.2016.4.02.5002.
- **EXECUÇÃO FISCAL - (PROCESSAMENTO) AG. ANÁLISE INICIAIS 4002:** 23 documentos, sendo o mais antigo o de 16/09/2016 sob o nº 0015991-91.2016.4.02.5002.
- **EXECUÇÃO FISCAL - (PROCESSAMENTO) AG. ANÁLISE INICIAIS OUTRAS CLASSES:** não há documentos.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais virtuais, posição em 20/09/2016 às 13:13, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 131 documentos, sendo o mais antigo de 06/09/2016, sob o nº 0000307-15.2005.4.02.5002.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais virtuais, posição em 20/09/2016 às 13:20 h.

**. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO
(Artigos 305 a 317 da CNCR)**

Não foram identificados locais virtuais para prevenção.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Os processos chegam ao balcão de entrada da Vara e são selecionados de acordo com os pedidos (tutela antecipada/liminar, pedido de prioridade, etc), classe ou verificação de prevenção. Em cada processo é cadastrado o valor das custas, aberta a conclusão para despacho ou decisão e encaminhado ao escaninho devido ou mesa do servidor responsável pela classe para minutar decisão de tutela/liminar ou analisar a prevenção.”

Fonte: Questionário pré-correição 2016, item 3.11.1. Locais virtuais, posição em 20/09/2016 às 13:24.

**. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR): 1.412**

Posição em	14/09/2016
------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Conclusão até	09/09/2016
---------------	------------

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	0,00
Decisão	43	100,00
Sentença	0	0,00
Total Geral	43	100,00

Dos quais foram analisados, no juízo correccionado, os seguintes processos:

- **00000815820154025002.** Execução Fiscal com distribuição em 07/01/2015. À fl. 23 despacho determinando a citação da parte executada, nos termos do art. 8º, da LEF, em 13/02/2015; À fl. 51 despacho dando vista à parte exequente do resultado negativo do oficial de justiça, em 06/04/2016. Às fls. 54/55, juntada de petição do exequente, em 12/04/2016. Último movimento: conclusão para decisão em 29/04/2016.
- **01030773720154025002** - Execução Fiscal com distribuição em 20/02/2015. À fl. 23 despacho determinando a citação da parte executada, nos termos do art. 8º, da LEF, em 26/03/2015; À fl. 53 despacho dando vista à parte exequente do resultado negativo do oficial de justiça, em 01/04/2016. Às fls. 55/56, juntada de petição do exequente, em 07/04/2016. Último movimento: conclusão para decisão em 28/04/2016.
- **01329179220154025002-** Execução Fiscal com distribuição em 10/11/2015. À fl. 23 despacho determinando a citação da parte executada, nos termos do art. 8º, da LEF, em 20/01/2016; À fl. 29 despacho dando vista à parte exequente do resultado negativo do oficial de justiça, em 01/04/2016. Às fls. 31/44, juntada de petição do exequente, em 06/04/2016. Último movimento: conclusão para decisão em 29/04/2016.
- **00006146620054025002-** Execução Fiscal com distribuição em 24/05/2005. À fl. 1 (autos eletrônicos), despacho determinando a citação da parte executada, nos termos do art. 8º, I, da LEF, em 07/04/2010; À fl. 83 despacho dando vista à parte exequente do resultado negativo do oficial de justiça, em 13/10/2015. À fl. 85, juntada de petição da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

exequente, em 26/10/2015. Último movimento: conclusão para despacho em 26/01/2016.

- **00006414420084025002**- Execução Fiscal com distribuição em 18/06/2008. À fl. 6 (autos eletrônicos), despacho vista à parte exequente para ciência e manifestação sobre a exceção de pré-executividade alegada pela parte executada, em 16/07/2012. Decisão às fls. 07/09, em 10/07/2013, rejeitando a exceção de pré-executividade alegada pela parte, e deferindo a pesquisa de depósitos e/ou aplicações financeiras em nome da parte executada, até o limite dos valores aqui em cobrança, na forma do disposto no art. 655-A do CPC. À fl. 652/653, em 11/12/2015, juntada de extrato do BACEN. Petição da exequente, às fls. 655/667, em 05/01/2016. Último movimento: conclusão para despacho - determina intimação em 20/01/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraída em 14/09/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 23/09/2016.**

. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Parados - Apolo (Outras Classes): 706

Posição em	14/09/2016
Último Movimento até	13/09/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	217	30,74
Mais de 60	489	69,26
Total Geral	706	100,00

Por amostragem, foram analisados, os seguintes processos:

- **01014189020154025002** - Trata-se de ação de execução por título extrajudicial, com distribuição em 29/01/2015; Despacho à fl. 14, em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

06/02/2015, determinando a citação do executado, por intermédio de Oficial de Justiça, com base no art. 652-A, do CPC. **Juntada às fl. 15/19, de carta precatória para fins de citação, penhora e afins, em 08/12/2015; Em 02/02/2016, movimentação cartorária aguardando devolução de carta precatória. Parado desde então.**

- **01050249720134025002** - Trata-se de ação de execução por título extrajudicial, com distribuição em 17/09/2013; Despacho à fl. 28, em 25/05/2015, determinando a citação do executado, por intermédio de Oficial de Justiça, com base no art. 652-A, do CPC. **Certidão à fl. 29, de 10/12/2015, informando a expedição das cartas precatórias nº CPR.0102.000521-5/2015 e CPR.0102.000525-3/2015, para cumprimento pelos Juízos competentes. Em 26/02/2016, movimentação cartorária aguardando devolução de carta precatória. Parado desde então.**
- **01050327420134025002** - Trata-se de ação de execução por título extrajudicial, com distribuição em 17/09/2013; Despacho à fl. 12, em 06/02/2015, determinando a citação do executado, por intermédio de Oficial de Justiça, com base no art. 652-A, do CPC. **Juntada à fl. 15, em 25/08/2015, de petição do exequente informando que o executado firmou um novo acordo administrativo englobando todas as anuidades não executadas no processo original, requerendo assim a extinção do processo. Em 29/02/2016, movimentação cartorária tipo expedir mandado. Parado desde então.**
- **00072455320104025001**-Trata-se de ação de execução por título extrajudicial, com distribuição em 12/07/2010; Despacho à fl. 12, em 06/06/2012, determinando a citação do executado, por intermédio de Oficial de Justiça, com base no art. 652-A, do CPC. **Juntada às fl. 60, de despacho determinando a citação faltante em relação à parte executada, por diligência de Oficial de Justiça (mandado ou carta precatória, conforme o endereço), atentando-se para o endereço atualizado informado à fl. 59, em 24/02/2016; Em 25/02/2016, movimentação cartorária tipo expedir mandado. Parado desde então.**
- **00018475420124025002** - Trata-se de ação de execução por título extrajudicial, com distribuição em 24/10/2012; Despacho à fl. 21, em 22/05/2015, determinando a citação do executado, por intermédio de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Oficial de Justiça, com base no art. 652-A, do CPC. **Certidão à fl. 22, de 10/12/2015, informando a expedição da carta precatória nº CPR.0102.000530-4/2015, para cumprimento pelo Juízo competente. Em 26/02/2016, movimentação cartorária aguardando devolução de carta precatória. Parado desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 13/09/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 21/09/2016.**

. Parados – Apolo (Classe Execução Fiscal): 985

Posição em	12/09/2016
Último Movimento até	09/09/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 121 e 180	437	44,37
Mais de 180	548	55,63
Total Geral	985	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- **00329166119994025002-** Trata-se de execução fiscal, com distribuição em 30/03/2005. Em 20/10/2015, despacho à fl. 197 determinando seja renovada intimação da parte exequente para ratificar aqueles procedimentos para apropriação dos valores destes autos a título de pagamento ou, eventualmente, para informar novo dados para conversão. **Juntada de petição da União Federal em 12/11/2015, às fls. 199/200. Último movimento: movimentação cartorária tipo expedir ofício, em 30/11/2015. Processo parado desde então.**
- **00013201020094025002** - Trata-se de execução fiscal, com distribuição em 16/07/2009. Em 18/11/2015, despacho à fl. 44 determinando sejam cumpridas as citações faltantes em relação à parte executada, por diligência de Oficial de Justiça (mandado ou carta precatória, atentando-se



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

para o endereço atualizado informado às fls. 30/31). **Ultimo movimento: movimentação cartorária tipo expedir ofício, em 19/11/2015. Processo parado desde então.**

- **00015747520124025002** - Trata-se de execução fiscal, com distribuição em 31/08/2012. Em 12/11/2015, despacho à fl. 21, deferindo a substituição da CDA, e determinando seja citado na pessoa do síndico ou administrador da massa falida que vier a ser indicado. **Ultimo movimento: movimentação cartorária tipo expedir ofício, em 17/11/2015. Processo parado desde então.**
- **00019376720094025002**- Trata-se de execução fiscal, com distribuição em 16/07/2009. Em 17/11/2015, despacho à fl. 152, determinando sejam cumpridas as citações faltantes em relação à parte executada, por diligência de Oficial de Justiça (mandado ou carta precatória, atentando-se para o endereço atualizado informado à fl. 143). **Ultimo movimento: movimentação cartorária tipo expedir carta precatória, em 18/11/2015. Processo parado desde então.**
- **00016476220034025002**- Trata-se de execução fiscal, com distribuição em 22/09/2003. Em 02/07/2015, sentença tipo B2, às fl. 03/05, pronunciando a prescrição intercorrente e julgando extinta a execução. Ultimo movimento: 05/09/2016, localização interna aguardando cumprir expediente.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados Execução Fiscal e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 21/09/2016.**

. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).

Aguardando juntada 13/09/2016, **11 documentos, sendo o mais antigo o de setembro de 2016, referente ao Processo nº 2016.3000.177755-1.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não foram identificados endereços virtuais para as petições.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 13/09/2016. Locais virtuais, posição em 22/09/2016.

. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Foram identificados os seguintes locais virtuais para controle de prazo, entre outros:

- **CÍVEL - AGUARDANDO RESPOSTA/PRAZO: com 363 documentos, sendo o mais antigo o de 26/07/2016, sob o nº 0001672-94.2011.4.02.5002;**
- **EXECUÇÃO FISCAL - (PRAZO) AG. DECURSO PÓS CITAÇÃO (3 OU 5 DIAS) (51-370): com 7 documentos, sendo o mais antigo o de 03/08/2016, sob o nº 0015848-05.2016.4.02.5002;**
- **EXECUÇÃO FISCAL - (PRAZO) AG. DECURSO PÓS INT/CIT (51-410): com 488 documentos, sendo o mais antigo o de 12/04/2016, sob o nº 0122739-84.2015.4.02.5002;**
- **EXECUÇÃO FISCAL - (PRAZO) AG. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS (15 OU 30 DIAS) (51-368): com 41 documentos, sendo o mais antigo o de 09/03/2016, sob o nº 0113997-07.2014.4.02.5002;**
- **EXECUÇÃO FISCAL - (PRAZO) PÓS PUBLICAÇÃO DJE (51-60): com 50 documentos, sendo o mais antigo o de 02/08/2016, sob o nº 0020483-29.2016.4.02.5002;**

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – Locais virtuais, posição em 22/09/2016 às 14:22.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais virtuais para cumprimento de ordem entre outros:

- **02VF-CAC - (CONVÊNIO BACEN JUD) AG. CADASTRAMENTO DA ORDEM (51-470): com 07 documentos, sendo o mais antigo o de 15/09/2016, sob o nº 0002079-71.2009.4.02.5002;**
- **02VF-CAC - (CONVÊNIO BACEN JUD) AG. RESPOSTA DE ORDEM (51-471): com 02 documentos, sendo o mais antigo o de 19/09/2016, sob o nº 0112250-22.2014.4.02.5002;**
- **CÍVEL - AGUARDA DEVOLUÇÃO MANDADO/CPR/OFÍCIO: com 107 documentos, sendo o mais antigo o de 13/07/2016, sob o nº 0001497-76.2006.4.02.5002;**
- **CÍVEL - CADASTRAR RPV/PRECATÓRIO: com 02 documentos, sendo o mais antigo o de 02/09/2016, sob o nº 0001117-14.2010.4.02.5002;**
- **EXECUÇÃO FISCAL - (EXPEDIÇÃO) ALVARÁ/ RPV/ PRECATÓRIO: não há documentos;**

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais virtuais, posição em 22/09/2016 às 14:31.
--

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Arts. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	13/09/2016
------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	2
Sistema	1
Documento	39
Total Geral	42

Dos quais foram analisados, no juízo correicionado, os seguintes processos:

- **00005332020054025002** - Execução fiscal autuado em 23/05/2005. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 06/09/2012 decisão às fls. 03/04 (autos eletrônicos) determinando que o processo tramite em segredo de justiça.
- **00008634120104025002** - Execução fiscal autuado em 07/06/2010. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 12/07/2013 decisão às fls. 90/92 (autos eletrônicos) determinando que o processo tramite em segredo de justiça.
- **00009742520104025002** - Execução fiscal autuado em 22/06/2010. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 13/09/2013 decisão às fls. 300/302 determinando que o processo tramite em segredo de justiça.
- **00003375020054025002** - Execução judicial autuado em 09/06/2005. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 25/04/2005, despacho à fl. 55, determinando que o processo tramite em segredo de justiça.
- **00009088420064025002** - Ação monitória autuado em 10/07/2006. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Despacho à fl. 218, determinando que o processo tramite em segredo de justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraída em 02/08/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 22/09/2016.**

. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	09/2015 a 08/2016
	Processos	6.210
	Boletins	346
	Média (Proc. / Bol.)	17,95
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,11

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 14/09/2016.

. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **239** processos com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0001043-28.2008.4.02.5002	INMETRO	05/04/2016	03/05/2016	133
0000728-34.2007.4.02.5002	UNIÃO FEDERAL	30/05/2016	26/08/2016	18
0110319-47.2015.4.02.5002	Autor	19/08/2016	02/09/2016	11
0000735-60.2006.4.02.5002	Advogado	26/08/2016	02/09/2016	11
0108843-42.2013.4.02.5002	CRESS/ES	02/08/2016	05/09/2016	8

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 13/09/2016, vencidos e não devolvidos até 13/09/2016, e consultas ao Apolo, posição até 22/09/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SUSPENSÃO DE PROCESSOS:**

1. Número total de processos suspensos (em 08/06/2016): 5.405

2. Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Cível: 340

a) Aguarda decisão de instância superior: 74

00005990520024025002: situação regular

00008019820104025002: não há, s.m.j, decisão determinando a suspensão.

00008028320104025002: não há, s.m.j, decisão determinando a suspensão.

00008937620104025002: não há, s.m.j, decisão determinando a suspensão.

00008946120104025002: não há, s.m.j, decisão determinando a suspensão.

b) Conflito de competência: 03

00011487620134025051: situação regular

00031155420164025051: situação regular

00020822120124025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Conflito de competência”, vinculado à execução fiscal.

c) Cumprimento Precatório/RPV: 19

00017038520094025002: situação regular

00006965820094025002: situação regular



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00002291620084025002: situação regular

00024417320094025002: situação regular

00326021819994025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “embargos à execução”.

d) Embargos à Execução: 12

00013333220044025051: não há, s.m.j., decisão determinando a suspensão.

00348072019994025002: situação regular

00342641719994025002: situação regular

00013407420044025002: situação regular

00011721420004025002: situação regular

e) Não localização do devedor/bens – art. 921, III e §1º do NCPC: 91

00016925620094025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista o término do prazo de 1 ano.

01055904620134025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista o término do prazo de 1 ano.

00000525220084025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista o término do prazo de 1 ano.

00006630520084025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista o término do prazo de 1 ano.

00019273320034025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista o término do prazo de 1 ano.

f) Outros– fase conhecimento: 60

00002603620084025002: situação regular

00015080820064025002: situação regular

00326117719994025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Outros – fase conhecimento”, vinculado à execução fiscal.

Obs.: alterar a classe do processo, tendo em vista tratar-se de embargos à execução fiscal (12006).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00326316819994025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Outros – fase conhecimento”, vinculado à execução fiscal.

00004607220104025002: situação regular

g) Outros – fase /processo execução: 21

00006368020124025002: situação regular

00021220820094025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Outros – fase /processo execução”, vinculado à execução fiscal.

00333245219994025002: situação regular

00011219020064025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Outros – fase /processo execução”, vinculado à execução fiscal.

00335782519994025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser

“Outros – fase /processo execução”, vinculado à execução fiscal.

h) Parcelamento: 15

01006544120144025002: situação regular

01058831620134025002: situação regular

01018678220144025002: situação regular

00021535720114025002: situação regular

01055939820134025002: situação regular

i) Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e § 2º): 01

01019275520144025002: situação regular

j) Repercussão geral - art. 1.035, § 5º do NCPC: 43

00002944020104025002: situação regular

00003333720104025002: situação regular

00003342220104025002: situação regular

00004580520104025002: situação regular

00004749020094025002: situação regular



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

k) Suspensão outros/fase recursal: 01

00005895820024025002: situação regular

Execução Fiscal: 5.065

a) Aguarda decisão de instância superior: 03

00009269520124025002: situação regular

00002077920134025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Conflito de competência”.

01153349420154025002: situação regular

b) Aguarda designação de datas para hasta pública unificada: 01

00018849620034025002: situação regular

c) Art. 40, §2º, LEF (arquivamento sem baixa): 441

00331539519994025002: situação regular

00000249420024025002: situação regular

00020988720034025002: situação regular

00334856219994025002: situação regular

00334873219994025002: situação regular

d) Art. 40, *caput*, LEF: 2.273

00310441119994025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Parcelamento”.

00003555620144025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Art. 40, §2º, LEF”, tendo em vista já ter passado o prazo de 1 ano do caput do art. 40 da LEF.

00020173120094025002: situação regular



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00024235220094025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Art. 40, §2º, LEF”, tendo em vista já ter passado o prazo de 1 ano do caput do art. 40 da LEF.

00008579720114025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Art. 40, §2º, LEF”, tendo em vista já ter passado o prazo de 1 ano do caput do art. 40 da LEF.

e) Baixo valor (até R\$ 10 mil) – art. 20 da Lei 10.522/02 (arquivamento):
286

00305098219994025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista a determinação de suspensão (fl. 62) ter atribuído efeitos retroativos à data do requerimento de suspensão pela PGFN, ocorrido em 30/07/2010.

00019646020034025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista o processo estar suspenso desde 08/09/2011.

00312762319994025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista o processo estar suspenso desde 08/09/2011.

00001239320044025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista a determinação de suspensão (fl. 47) ter atribuído efeitos retroativos à data do requerimento de suspensão pela PGFN, ocorrido em 09/08/2011.

00002567720004025002: situação regular

f) Baixo valor (R\$ 10 mil – R\$ 20 mil) – Portaria MF 75/12 (arquivamento): 930

00008481420064025002: situação regular

00011204720024025002: situação regular

00311800819994025002: situação regular

00001637520044025002: situação regular

00005338820034025002: situação regular

g) Baixo valor FGTS - MP 651/2014 convertida em Lei 13.043/14 (arquivamento): 112



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00000678420094025002: situação regular
00004004620034025002: situação regular
00008889320064025002: situação regular
00009224420014025002: situação regular
00010001820134025002: situação regular

h) Conflito de competência: 46

00010181020114025002: situação regular
00014347520114025002: situação regular
00014615820114025002: situação regular
00015345920134025002: situação regular
00017229120094025002: situação regular

i) Cumprimento de precatório/RPV: 05

00003227620084025002: processo não se encontra mais suspenso, tendo em vista sentença de extinção.

00009820220104025002: processo não se encontra mais suspenso, tendo em vista sentença de extinção.

00017888120034025002: situação regular
00017249520084025002: situação regular
00004169720034025002: situação regular

j) Embargos à execução: 72

00016377120104025002: situação regular
00005617520114025002: situação regular
00004855120114025002: situação regular
00012456320124025002: situação regular
00008389620084025002: situação regular

k) Não localização do devedor/bens – art. 921, III e §1º do NCPC: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00312606919994025002: situação regular

l) Outros – fase conhecimento: 05

00009907620104025002: situação regular

00010659620024025002: situação regular

00011614320044025002: situação regular

00012333520014025002: situação regular

00324341619994025002: situação regular

m) Outros – fase/processo execução: 16

00004637120034025002: situação regular

00005943620094025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Conflito de competência”.

00012985420064025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Conflito de competência”.

00014621920064025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser “Conflito de competência”.

00314295619994025002: situação regular

n) Parcelamento: 865

00006430920114025002: situação regular

00014190920114025002: situação regular

00019872520114025002: situação regular

00009892320124025002: situação regular

00020687120114025002: verificar se ainda é caso de suspensão, tendo em vista a PGFN informar que a data final prevista para o parcelamento era em 05/10/2014 (fl. 19).

o) Suspensão outros/fase recursal: 09

00000782620034025002: situação regular

00301495019994025002: situação regular



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00002262220124025002: situação regular

00001430620124025002: situação regular

00008888320124025002: situação regular

00013902220124025002: situação regular

01006195220124025002: situação regular

00008542120064025002: o motivo da suspensão, s.m.j., deveria ser

“Outros – fase conhecimento”.

00005937520144025002: situação regular

Fonte: Mapa – Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 13/09/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 20/09/2016.**

➔ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 2.128

- a. Convertidas em diligência: 173
- b. Embargos de declaração: 61
- c. Determina intimação: 08
- d. Resolução de mérito:
 - i. Concedida a segurança: 11
 - ii. Concedida em parte a segurança: 14
 - iii. Denegada a segurança: 18
 - iv. Conciliação/transação: 55
 - v. Extinção da execução ou cumprimento de sentença: 336
 - vi. Improcedente: 187
 - vii. Procedente: 100
 - viii. Procedente em parte: 59
 - ix. Declarada a prescrição/decadência: 366
 - x. Reconhecimento da procedência do pedido: 17
 - xi. Procedente com tutela deferida: 14
 - xii. Procedente em parte com tutela deferida: 01
 - xiii. Homologada renúncia pelo autor: 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- xiv. Renúncia ao direito em que funda a ação: 01
- xv. Revisão de ofício – art. 463, I – CPC: 01

e. Sem resolução de mérito:

- i. Sem resolução de mérito: 445
- ii. Cancelamento da dívida ativa: 03
- iii. Desistência da ação: 106
- iv. Abandono de causa: 04
- v. Ausência das condições da ação: 31
- vi. Ausência de pressupostos processuais: 74
- vii. Perempção, litispendência ou coisa julgada: 13
- viii. Indeferida a inicial: 09
- ix. Não conhecido o recurso: 01

f. **Vazias: 21**

➔ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada): 438

Foi corretamente classificada a seguinte sentença:

0001837-44.2011.4.02.5002

As seguintes sentenças, classificadas como tipo A, **s.m.j., deveriam ter sido classificadas como tipo B2, como se vê a seguir (textos em anexo ao final do relatório):**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0106198-10.2014.4.02.5002 – inexigibilidade das contribuições sociais sobre os valores trabalhistas de natureza indenizatória.

0108073-49.2013.4.02.5002 – pedido de aposentadoria especial (eletricista).

0105988-22.2015.4.02.5002 – revisão do benefício de pensão, com base nos valores fixados pelas EC 20/98 e 41/03.

0001251-75.2009.4.02.5002 – conversão auxílio doença em aposentadoria por invalidez.

Obs: Destaque-se que todo processo precisa de um mínimo de análise do caso concreto, o que não altera a classificação de sentenças de redação essencialmente padronizada para individualizada.

2. Sentenças tipo B-1 (sentença homologatória de acordo): 07

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0003065-78.2016.4.02.5002

0001628-85.2005.4.02.5002

0000126-67.2012.4.02.5002

0000954-73.2006.4.02.5002

0001005-11.2011.4.02.5002

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas): 476

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0119129-11.2015.4.02.5002

0000740-14.2008.4.02.5002

0001613-14.2008.4.02.5002

0000123-88.2007.4.02.5002

3.1 Sentença equivocadamente cadastrada:

0001618-94.2012.4.02.5002 – Sentença homologando a transação, julgando extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b” do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Novo CPC. Foi equivocadamente classificada como tipo B2, quando, s.m.j., deveriam ter sido classificadas como tipo B1.

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito): 954

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0000575-35.2006.4.02.5002

0118472-69.2015.4.02.5002

0000048-10.2011.4.02.5002

0125460-09.2015.4.02.5002

0123153-82.2015.4.02.5002

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 26/09/2016.
--

➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os servidores são orientados a dar prioridade aos feitos com prioridade legal, bem como aos incluídos nas Metas do CNJ, ou seja, são despachados/encaminhados em primeiro lugar, logo que os prazos se encerram.

Para destacar, insere-se um identificador nestes processos de forma a destacar sua prioridade, em que pese sua identificação através da classe”.

➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“No apoio ao gabinete são minutas decisões de maior complexidade e sentenças. Os autos eletrônicos são encaminhados aos escaninhos do Gabinete, distribuídos da seguinte forma:

GAB – Análise para sentença de mérito

GAB – Análise para sentença extintiva

GAB – Análise para decisão

GAB – Embargos declaratórios

GAB - Relatados

Os autos físicos são encaminhados diretamente para a mesa do servidor responsável por aquela classe de processo, sendo registrada a sua nova localização física (movimento 111) antes da remessa para a mesa.

As minutas são elaboradas respeitando-se a data de autuação/data de

conclusão mais remota em detrimento das mais recentes, observando ainda os feitos incluídos nas metas do CNJ. Este critério é alcançado através de relatórios gerados no Sistema Apolo”.

Fonte: Questionário pré-correção, itens 3.3.2 a 3.3.4.

→ EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

				Trâmite	Total
Processos	2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal	Com Sentença	Não Informada	296	296
	Total			296	296

Regularizar o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 13/09/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/09/2015 a 31/08/2016):
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 29
- b. Eletrônicos: 67
- c. Total de requisições: 96
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 801 dias.

- RPV's:

- . Cadastrados: 85
- . Enviados: 76

- Precatórios (Parcela única):

- . Cadastrados: 11
- . Enviados: 09

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 13/09/2016.

➔ GRANDES DÉBITOS
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição:

“Em 29/01/2014 foi expedido pelo MM. Juiz Federal Titular e pela MMª Juíza Federal Substituta o Ofício nº JFES-OFI-2014/00227, dirigido à Procuradoria- Seccional da Fazenda Nacional em Cachoeiro de Itapemirim, recebido no destinatário em 05/02/2014, solicitando que fosse informado ao Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, dentre os maiores devedores do órgão, residentes/sediados nos municípios que compõem a competência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

territorial, os cinco indicados para que fossem adotadas as devidas providências, a fim de priorizar o seu processamento.

A solicitação foi respondida através do Ofício nº 193/2014/PSFN/CITA/ES, protocolado em 18/03/2014. Estão sendo adotadas as devidas medidas para identificação das execuções envolvendo os executados mencionados, para que as ações tenham seu trâmite priorizado.

Neste caso, havendo a indicação da parte exequente, a secretaria insere um identificador no processo eletrônico e este passa a ter uma localização virtual específica (escaninho), de forma a permitir um acompanhamento mais rigoroso.”

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

➔ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, foram feitos os seguintes registros:

BACENJUD	Quantidade de registros efetivados no mês/ano		
	Bloqueios	Desbloqueios	Transferências
agosto/2015	68	24	11
setembro/2015	28	20	46
outubro/2015	50	10	13
novembro/2015	10	12	15
dezembro/2015	26	9	10
janeiro/2016	0	4	6
fevereiro/2016	72	26	1
março/2016	95	33	63
abril/2016	78	41	11
maio/2016	98	26	2
junho/2016	12	24	8
julho/2016	5	18	3
Total	542	247	189

(Fonte: sistema BACENJUD, em 30/08/2016)

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ LEILÕES
(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, foram feitos os seguintes registros:

“Neste Juízo, dado o trabalho e procedimentos necessários para a realização de Leilão, há anos foi convencionado junto aos juízes em atuação, a realização de um único leilão unificado por ano. Em 2016, o leilão unificado será realizado em 24/10 e 07/11/2016 (1ª e 2ª hasta pública). Foram selecionados 200 processos, abaixo listados:

PROCESSO	CLASSE
0000307-88.2000.4.02.5002	1001
0033931-65.1999.4.02.5002	12005
0034021-73.1999.4.02.5002	12006
0001206-76.2006.4.02.5002	12006
0032458-44.1999.4.02.5002	12006
0000344-32.2011.4.02.5002	4002
0000073-23.2011.4.02.5002	4002
0000613-76.2008.4.02.5002	4002
0000295-64.2006.4.02.5002	4002
0000775-71.2008.4.02.5002	4002
0001862-96.2007.4.02.5002	4002
0001461-34.2006.4.02.5002	4002
0100569-17.2014.4.02.5002	4002
0001327-17.2000.4.02.5002	4002
0000295-25.2010.4.02.5002	4002
0030927-20.1999.4.02.5002	4009
0000366-51.2015.4.02.5002	8006
0000463-51.2015.4.02.5002	8006
0500173-42.2016.4.02.5002	8006
0500070-35.2016.4.02.5002	8006
0030163-34.1999.4.02.5002	3000
0001503-78.2009.4.02.5002	3000
0001657-96.2009.4.02.5002	3000
0030452-64.1999.4.02.5002	3000
0030376-40.1999.4.02.5002	3000
0033925-58.1999.4.02.5002	3000
0000332-04.2000.4.02.5002	3000
0001245-97.2011.4.02.5002	3000
0000925-86.2007.4.02.5002	3000
0033361-79.1999.4.02.5002	3000
0000307-68.2012.4.02.5002	3000
0001450-78.2001.4.02.5002	3000
0000272-60.2002.4.02.5002	3000
0000659-90.2002.4.02.5002	3000
0001735-90.2009.4.02.5002	3000
0035070-52.1999.4.02.5002	3000
0000592-76.2003.4.02.5002	3000
0001560-96.2009.4.02.5002	3000

0001336-61.2009.4.02.5002	3000
0001558-29.2009.4.02.5002	3000
0002324-82.2009.4.02.5002	3000
0032770-20.1999.4.02.5002	3000
0000712-90.2001.4.02.5002	3000
0000632-92.2002.4.02.5002	3000
0031426-04.1999.4.02.5002	3000
0000099-89.2009.4.02.5002	3000
0001254-74.2002.4.02.5002	3000
0001364-29.2009.4.02.5002	3000
0001592-04.2009.4.02.5002	3000
0001760-74.2007.4.02.5002	3000
0000200-58.2011.4.02.5002	3000
0033432-81.1999.4.02.5002	3000
0001016-16.2006.4.02.5002	3000
0031425-19.1999.4.02.5002	3000
0001615-86.2005.4.02.5002	3000
0000567-29.2004.4.02.5002	3000
0000050-77.2011.4.02.5002	3000
0000411-36.2007.4.02.5002	3000
0030404-08.1999.4.02.5002	3000
0001572-42.2011.4.02.5002	3000
0034727-56.1999.4.02.5002	3000
0032452-37.1999.4.02.5002	3000
0001381-65.2009.4.02.5002	3000
0000708-48.2004.4.02.5002	3000
0001572-45.2011.4.02.5001	3000
0000224-86.2011.4.02.5002	3000
0031002-59.1999.4.02.5002	3000
0001778-37.2003.4.02.5002	3000
0000640-35.2003.4.02.5002	3000
0001674-45.2003.4.02.5002	3000
0033479-55.1999.4.02.5002	3000
0000241-11.2000.4.02.5002	3000
0001092-74.2005.4.02.5002	3000
0001500-99.2010.4.02.5002	3000
0000075-71.2003.4.02.5002	3000
0000976-24.2012.4.02.5002	3000
0001858-20.2011.4.02.5002	3000



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00033545-35.1999.4.02.5002	3000	0001475-76.2010.4.02.5002	3000
0001301-96.2012.4.02.5002	3000	0001729-15.2011.4.02.5002	3000
0000573-89.2011.4.02.5002	3000	0001066-71.2008.4.02.5002	3000
0001816-39.2009.4.02.5002	3000	0001294-36.2014.4.02.5002	3000
0002105-35.2010.4.02.5002	3000	0001169-83.2005.4.02.5002	3000
0001028-25.2009.4.02.5002	3000	0003469-11.1999.4.02.5002	3000
0008664-79.2000.4.02.5001	3000	0001474-43.2000.4.02.5002	3000
0000460-87.2001.4.02.5002	3000	0000504-96.2007.4.02.5002	3000
0000814-70.2006.4.02.5002	3000	0001895-18.2009.4.02.5002	3000
0001984-07.2010.4.02.5002	3000	0002300-54.2009.4.02.5002	3000
0001444-90.2009.4.02.5002	3000	0000697-19.2004.4.02.5002	3000
0000974-59.2009.4.02.5002	3000	0000477-55.2003.4.02.5002	3000
0001799-13.2003.4.02.5002	3000	0000143-11.2009.4.02.5002	3000
0000773-96.2011.4.02.5002	3000	0001427-54.2009.4.02.5002	3000
0031861-75.1999.4.02.5002	3000	0001358-85.2010.4.02.5002	3000
0032783-19.1999.4.02.5002	3000	0034692-96.1999.4.02.5002	3000
0001065-52.2009.4.02.5002	3000	0033283-85.1999.4.02.5002	3000
0000417-48.2004.4.02.5002	3000	0001967-15.2009.4.02.5002	3000
0033796-53.1999.4.02.5002	3000	0001061-49.2008.4.02.5002	3000
0001238-08.2011.4.02.5002	3000	0034341-26.1999.4.02.5002	3000
0001442-62.2005.4.02.5002	3000	0031083-08.1999.4.02.5002	3000
0032851-66.1999.4.02.5002	3000	0000115-87.2002.4.02.5002	3000
0001127-92.2009.4.02.5002	3000	0001038-42.2012.4.02.5002	3000
0032939-07.1999.4.02.5002	3000	0038457-94.1999.4.02.5002	3000
0001056-03.2003.4.02.5002	3000	0001831-08.2009.4.02.5002	3000
0000171-42.2010.4.02.5002	3000	0002542-13.2009.4.02.5002	3000
0001011-62.2004.4.02.5002	3000	0000425-78.2011.4.02.5002	3000
0001151-33.2003.4.02.5002	3000	0031240-78.1999.4.02.5002	3000
0001117-58.2003.4.02.5002	3000	0000321-91.2006.4.02.5002	3000
0001061-25.2003.4.02.5002	3000	0030029-07.1999.4.02.5002	3000
0002051-16.2003.4.02.5002	3000	0001190-49.2011.4.02.5002	3000
0000182-79.2009.4.02.5002	3000	0000076-75.2011.4.02.5002	3000
0000618-81.2005.4.02.5002	3000	0000087-07.2011.4.02.5002	3000
0001337-56.2003.4.02.5002	3000	0000684-10.2010.4.02.5002	3000
0000537-57.2005.4.02.5002	3000	0001941-70.2010.4.02.5002	3000
0034893-88.1999.4.02.5002	3000	0031892-95.1999.4.02.5002	3000
0001556-93.2008.4.02.5002	3000	0031921-48.1999.4.02.5002	3000
0000088-26.2010.4.02.5002	3000	0001588-30.2010.4.02.5002	3000
0001558-92.2010.4.02.5002	3000	0000684-83.2005.4.02.5002	3000
0001498-90.2008.4.02.5002	3000	0001216-13.2012.4.02.5002	3000
0000379-41.2001.4.02.5002	3000	0000656-23.2002.4.02.5002	3000
0001291-62.2006.4.02.5002	3000	0000648-12.2008.4.02.5002	3000
0000403-35.2002.4.02.5002	3000	0000684-10.2010.4.02.5002	3000
0000701-85.2006.4.02.5002	3000	0001254-11.2001.4.02.5002	3000
0032685-34.1999.4.02.5002	3000	0000201-53.2005.4.02.5002	3000
0033599-38.1999.4.02.5002	3000	0000207-60.2005.4.02.5002	3000
0033776-62.1999.4.02.5002	3000	0001021-04.2007.4.02.5002	3000
0030982-68.1999.4.02.5002	3000	0001460-44.2009.4.02.5002	3000
0030182-14.1999.4.02.5002	3000	0038546-20.1999.4.02.5002	3000
0033833-80.1999.4.02.5002	3000	0031824-79.1999.4.02.5002	3000
0032166-59.1999.4.02.5002	3000	0002346-72.2011.4.02.5002	3000
0001337-80.2008.4.02.5002	3000	0001042-43.2008.4.02.5002	3000
0033453-57.1999.4.02.5002	3000	0000587-15.2007.4.02.5002	3000
0004438-31.2008.4.02.5001	3000	0000740-43.2010.4.02.5002	3000
0000165-79.2003.4.02.5002	3000	0000926-66.2010.4.02.5002	3000
0001324-57.2003.4.02.5002	3000	0000986-73.2009.4.02.5002	3000
0001973-89.2003.4.02.5002	3000	0000587-15.2007.4.02.5002	3000
0000168-34.2003.4.02.5002	3000	0000305-21.2000.4.02.5002	3000
0000166-64.2003.4.02.5002	3000	0000162-51.2008.4.02.5002	3000
0000404-44.2007.4.02.5002	3000	0001004-89.2012.4.02.5002	3000
0000706-73.2007.4.02.5002	3000	0001024-80.2012.4.02.5002	3000
0001588-64.2009.4.02.5002	3000	0001534-98.2009.4.02.5002	3000
0032391-79.1999.4.02.5002	3000	0002162-58.2010.4.02.5002	3000
0000737-89.2004.4.02.5002	3000	0032130-17.1999.4.02.5002	3000
0001535-54.2007.4.02.5002	3000	0032332-91.1999.4.02.5002	3000
0000145-78.2009.4.02.5002	3000	0033024-90.1999.4.02.5002	3000
0033226-67.1999.4.02.5002	3000	0038594-76.1999.4.02.5002	3000
0001642-40.2003.4.02.5002	3000	0038965-40.1999.4.02.5002	3000
0001195-71.2011.4.02.5002	3000	0000445-11.2007.4.02.5002	3000
0000129-90.2010.4.02.5002	3000	0000895-80.2009.4.02.5002	3000
0000328-59.2003.4.02.5002	3000	0001424-02.2009.4.02.5002	3000
0032820-46.1999.4.02.5002	3000	0001439-68.2009.4.02.5002	3000
0032451-52.1999.4.02.5002	3000	0031715-84.1999.4.02.5002	3000
0001304-56.2009.4.02.5002	3000		
0001069-26.2008.4.02.5002	3000		

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Após a devolução de mandado com resultado positivo de diligência de constrição de bem, a Secretaria do Juízo efetua o cadastramento dos respectivos bens no menu "Cadastro de Bens Penhorados" do sistema de acompanhamento processual.

Cumpre relatar que, sendo registrado o cumprimento positivo da diligência de penhora pelo Oficial de Justiça, o Sistema Apolo não permite a juntada do respectivo mandado aos autos, sem que antes seja realizado o devido cadastro de bens penhorados em campo próprio. Esta situação muitas vezes demanda mais tempo para a juntada dos referidos mandados.”.

Total de bens penhorados: 117

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

Processo: 0000013-45.2014.4.02.5002

Executado: FRANCISCO NATALINO ROCHA

Data da Penhora: 11/12/2014

Tipo do Bem: automóvel.

Valor do Bem: R\$ 40.500,00.

Local: Com o fiel depositário GLENIO AUTO MONTEIRO GUIMARAES.

Exequente: UNIAO FEDERAL

Valor do Débito: R\$ 31.780,25

Mandado: MEF.0102.001026-9/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 40.500,00.

Trata-se de carta precatória de penhora e avaliação. Penhora realizada em 11/12/2014. Baixado em 17/04/2015. Remetido ao Juízo deprecante em 11/06/2015.

Processo: 0000041-13.2014.4.02.5002

Executado: EXPRESSO CONTINENTAL LTDA

Data da Penhora: 31/07/2014

Tipo do Bem: bens diversos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Valor do Bem: R\$ 5.595.176,00.

Local: PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS 011.03.080691-0 - VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Fiel depositário JOSE TORRES DAS NEVES.

Exequente: FAZENDA NACIONAL

Valor do Débito: R\$ 5.595.176,00

Mandado: MEF.0102.000067-6/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 5.595.176,00.

Trata-se de carta precatória de penhora e avaliação. Penhora realizada em 31/07/2014. Baixado em 14/07/2015. Remetido ao Juízo deprecante em 29/07/2015.

Processo: 0000073-23.2011.4.02.5002

Executado: FERREIRINHA INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁQUINAS LTDA - ME E OUTROS

Data da Penhora: 27/09/2012

Tipo do Bem: móvel.

Valor do Bem: não informado.

Local: Em que pese a informação constante no sistema Apolo: “*Não ficou claro no mandado*”, em análise do auto de penhora de fls. 31/34 restou assentado que os bens ficaram sob guarda e poder de João Geraldo Ferreira Fossi.

Exequente: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor do Débito: R\$ 53.682,96

Mandado: MAC.0101.000010-6/20

Quantidade de Bens diferentes: não informado

Valor Total dos Bens: não informado

Penhora realizada em 27/09/2012. Aguardando leilão a ser realizado em 12/12/2016 e 13/12/2016.

Necessário, s.m.j., atualizar o cadastro do bem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo: 0000143-98.2015.4.02.5002
Executado: HOSPITAL PADRE OLIVIO
Data da Penhora: 15/02/2016
Tipo do Bem: imóveis.
Valor do Bem: R\$ 250.000,00.
Local: Com a fiel depositária ELIANA CORREA DE AQUINO
Exequente: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Valor do Débito: R\$ 250.000,00
Mandado: MEF.0102.001041-1/2015
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 250.000,00.

Trata-se de carta precatória de penhora e avaliação. Penhora realizada em 15/02/2016. Determinado em 13/06/2016, a expedição de ofício aos SRI's da cidade para que adotem as providências necessárias ao registro da penhora destes autos. Último movimento foi Movimentação cartorária, tipo "Expedir ofício" em 14/06/2016. **Parado desde então.**

Processo: 0000186-84.2005.4.02.5002
Executado: CEMEST CENTRO DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRAB E OUTROS
Data da Penhora: 17/08/2010
Tipo do Bem: imóveis.
Valor do Bem: R\$ 50.000,00.
Local: **Não informado.** Informado no auto de penhora que foi nomeado Alandino Pierre como fiel depositário dos bens.
Exequente: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Valor do Débito: R\$ 153.830,13
Mandado: MEF.0102.000031-5/2010
Quantidade de Bens diferentes: 1
Valor Total dos Bens: R\$ 50.000,00.

Penhora realizada em 27/02/2007. Aguardando leilão a ser realizado em 12/12/2016 e 13/12/2016. Despacho em 29/09/2015, deferindo a pesquisa de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

depósitos e/ou aplicações financeiras em nome da parte executada, até o limite do débito em cobrança nestes autos, na forma do disposto no art. 655-A do CPC.

Concluso para despacho desde 12/04/2016, sem minuta no Apolo.

Necessário, s.m.j., atualizar o cadastro do bem.

OBS.: Constatou-se, da listagem fornecida pelo Sistema Apolo, que o cadastramento de bens constritos não contém, em sua maioria, a informação do tipo de bem penhorado, nem tampouco do local onde se este se encontra.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 13/09/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 22/09/2016.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

Total de acautelamentos/apreensões: 204

A Vara conta com um cofre e um armário com fechadura, ambos localizados na Secretaria do juízo, para a guarda do material acautelado/apreendido. As chaves dos referidos itens ficam em poder da Diretora de Secretaria.

Havia uma pasta de material acautelado, para o controle do material acautelado/apreendido, que atualmente se encontra na 1ª VF de Cachoeiro de Itapemirim, diante da mudança de competência.

De acordo com o questionário pré-correição, com data de 02/09/2016, havia 69 processos com bens acautelados/apreendidos no período do levantamento (agosto/2015 a agosto/2016).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por sua vez, o “Relatório de Material Apreendido/Acautelado”, extraído do sistema Apolo, em 13/09/2016, indicou a existência de 58 processos, com 67 registros de bens apreendidos/acautelados, dentre os processos ativos.

Também foi informado no questionário pré-correição, em relação ao método de armazenamento de bens apreendidos/acautelados remanescentes na Vara, bem como em relação às providências adotadas para acautelamento/apreensão de bens em geral, que:

"(...) por se tratarem de itens não digitalizáveis ou cuja digitalização não se mostra útil. Estes estão armazenados no cofre, no armário de aço, ou ainda, no depósito localizado em Vitória".

Cabe destacar que não há bens cadastrados no Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA, do CNJ.

Por sua vez, tendo em vista não haver bens de conteúdo econômico relevante no cofre, foram analisados os seguintes itens acautelados por amostragem, que correspondiam à descrição constante do envelope.

0001154-80.2006.4.02.5002

Ação Civil Pública

Bens acautelados: 03 chaves de imóveis do consultório do réu, decorrente do mandado de busca e apreensão MTL 0101.000375-6/2008.

Cadastro Apolo: Cadastro efetuado.

Situação atual do processo: Determinada a expedição de mandado de intimação e penhora de bens, em 22/08/2016. Último movimento em 24/08/2016, movimentação cartorária tipo “Expedir mandado”. **Parado desde então.**

0000878-78.2008.4.02.5002

Ação ordinária

Bens acautelados: Fita de vídeo e CD (gravação do sistema de segurança).

Cadastro Apolo: Cadastro efetuado.

Situação atual do processo: Último despacho em 20/09/2016, determinando a retirada do material acautelado e, posteriormente, a baixa e o arquivamento dos autos. Encontra-se com carga para Advogado desde 21/09/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0001882-14.2012.4.02.5002

Ação ordinária

Bens acautelados: Bilhete lotérico, com anotações no verso, em mau estado de conservação (rasgado).

Cadastro Apolo: Cadastro efetuado.

Situação atual do processo: Remetido para o TRF2 em 28/07/2016, para processar e julgar recurso.

Foram também analisados por amostragem os seguintes processos com bens de conteúdo econômico e/ou passíveis de perdimento ou expropriação, constantes no sistema Apolo:

0000374-48.2003.4.02.5002

Bens acautelados: cheque nº 001544 do Banco 021 - BANESTES S.A, emitido por PEDRO FONTANA NETO - CPF/MF.347.836.447-12, no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

Localização: Diante da substituição por depósito (fl. 350), foi entregue o cheque acautelado, em 14/06/2016, conforme termo de entrega de acautelamento de fl. 380.

Cadastro Apolo: Cadastro efetuado.

Situação atual do processo: Despacho em 16/09/2016, determinando aguardar a sentença nos embargos à arrematação.

0000665-82.2002.4.02.5002

Bens acautelados: cheque nº 004119 série XT1234 do Banco 237 - Bradesco Prime, emitido por PEDRO LUIZ FERREIRA SANDRINI - CPF.930.209.887-72, no valor de R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais)

Localização: Diante da substituição por depósito (fl. 258), foi entregue o cheque acautelado, em 14/06/2016, conforme termo de entrega de acautelamento de fl. 275.

Cadastro Apolo: Cadastro efetuado.

Situação atual do processo: Despacho em 19/09/2016, determinando dar prosseguimento nas determinações da decisão de 01/06/2016 (fl. 268), a qual determinou dar efetiva destinação de parcelas do produto da arrematação a seus



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

respectivos credores. Último movimento foi movimentação cartorária em 19/09/2016.

0000838-96.2008.4.02.5002

Bens acautelados: termo de fiança no valor de R\$ 360.000,00. Banco Bradesco. validade até 2011.

Carta de Fiança n.º 2.033.395-2 do banco Bradesco, no valor de R\$ 360.000,00 - validade até 30/07/2011. Datada de 27-08-2008.

Primeiro Termo de Aditamento à carta de fiança 2.033.395-2, prorrogando o vencimento para 24/10/2018 e aumentando o valor para R\$ 420.000,00. Datado de 24-10-2008.

Localização: Foram devolvidas em 23/10/09 e 12/02/2015 as cartas de fiança acauteladas, conforme termo de entrega de acautelamento de fls. 97 e 183, respectivamente, uma vez que julgados procedentes os embargos à execução fiscal interpostos.

Cadastro Apolo: Cadastro efetuado.

Situação atual do processo: Despacho em 09/01/2015, determinando a suspensão do feito até o julgamento final nos embargos interpostos. Último movimento foi movimentação cartorária em 16/09/2016.

0001341-49.2010.4.02.5002

Bens acautelados: Maquete do viaduto;

Relatório do projeto básico – DNIT;

CD Elevado Paraíso-Amarelo;

Encarte publicitário do Deputado Camilo Cola;

Gravação da reunião do auditório do PMDB em 2009;

Fluxograma da interseção projetada;

Projeto elevado;

Fotografias do terreno da Eletro Pinga;

Fotografias da maquete do viaduto que encontrava-se no interior da Viação Itapemirim;

Encarte publicitário do Deputado Camilo Cola (atualizado);

DNIT – Documentação referente à licença prévia;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Estimativa de desapropriações;
Reportagem;
Proposta para construção de rotatória;
Proposta de elevado;
CD com projetos do elevado e da rotatória;
CD com fotos da maquete na sede da Itapemirim;
Localização do posto BR;
Planta da construção do gasoduto;
Localização do posto BR (ampliada);
Planta em A3 do viaduto retirada do Volume 3E – Relatório Final de Avaliação ambiental – RFAA, da PROJEMAX.
Localização: Acautelado no armário de acautelados da vara.
Cadastro Apolo: **Cadastro parcialmente efetuado.** Consta apenas: *“DOCUMENTOS E PEÇAS RELACIONADOS AO PROCESSO ELETRÔNICO Nº 2010.50.02.001341-4, CONFORME DESCRIÇÃO DE FL. 73 DOS AUTOS E CERTIDÃO DE FL. 953”*. **Necessário indicar no Apolo todos os itens que se encontram acautelados/apreendidos.**
Situação atual do processo: Encaminhado para o TRF2 em 29/07/2015, para processar e julgar recurso.
Necessário, s.m.j., atualizar o cadastro do bem.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo, posição até 22/09/2016.
--

➔ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**
(ART. 147/151 CNCG)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Foi observada a existência de todos os livros e pastas obrigatórios, nos termos da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, tendo estes sido objeto de inspeção, encontrando-se em ordem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- PASTA DE GUIA DE REMESSA AOS ADVOGADOS, PARTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA
- PASTA DE GUIAS DE REMESSA AOS ÓRGÃOS EXTERNOS
- PASTA DE GUIAS DE REMESSA AOS ÓRGÃOS INTERNOS
- PASTA DE DOCUMENTOS RECEBIDOS
- PASTA DE DOCUMENTOS ENVIADOS
- PASTA DE ARs DIVERSOS
- PASTA DE GUIAS DE REMESSA AO TRF
- PASTA DE TERMOS DE CADASTRAMENTO DE ÓRGÃOS/AUTORIZAÇÃO PARA CARGA
- PASTA DE GUIAS DE REMESSA AO MPF
- PASTA DE ALVARÁS EXPEDIDOS
- LIVROS DE PONTO DOS SERVIDORES (referentes aos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016)
- LIVRO DE RECLAMAÇÃO

Além destes, este Juízo possui pasta eletrônica obrigatória de Atas de audiência, descritas no art. 149 da referida Consolidação de Normas, cujos arquivos ficam disponíveis para acesso a todos os servidores, por serem salvos em pasta compartilhada nos computadores. Possui também a pasta física para registro de alvarás expedidos e, porventura, cancelados, com vistas a informar à Corregedoria a relação dos mesmos, à época do relatório. Para tanto, será observado o disposto no artigo 147.”

Fonte: Questionário pré-correição de 2016, item 5.
--

Foram analisados, fisicamente, os livros e pastas obrigatórios, que apresentaram a seguinte situação:

A 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim possui todos os Livros e Pastas obrigatórios, conforme determinado pelos Provimentos nº 11, de 04 de abril de 2011, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região, e n.º 128, de 13/04/98 e pela Resolução n.º 418/2005 do CJF.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Encontram-se todos regulares, com o termo de abertura devidamente preenchido e assinado, e as folhas devidamente numeradas e rubricadas.

LIVROS:

- Livro de ponto;
- Livro de reclamações;
- Livro de carga (no formato de pasta): advogados/partes/auxiliares do juízo;
- Livro de remessa (no formato de pasta) aos órgãos internos (guias de remessa);
- Livro de remessa (no formato de pasta) aos órgãos externos (guias de remessa);
- Livro de remessa (no formato de pasta) ao TRF(guias de remessa);
- Livro de remessa (no formato de pasta) ao MPF(guias de remessa);

PASTAS:

- De inspeção;
- Pasta de alvarás expedidos;
- Pasta de documentos enviados;

OBSERVAÇÃO: Atualmente, as pastas de mandados, de ofícios e de alvarás são eletrônicas. Relatório no sistema Apolo.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

➔ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“A 2ª Vara Federal é composta por uma sala contínua, subdividida entre o balcão de atendimento, seção de execução



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

fiscal e seção cível. Nas salas subsequentes estão a sala de apoio aos gabinetes, gabinete do juiz titular e gabinete do Juiz substituto. Há suprimimento satisfatório de mobiliário e equipamentos de informática, e importante destacar que existe uma Sala destinada especificamente para a realização das audiências da 2ª Vara.”

Além disso, o Relatório de inspeção anual acrescentou que:

“Os móveis em utilização neste Juizado, devidamente cadastrados junto ao Setor de Patrimônio, se encontram em boas condições de conservação e propiciam o bom andamento dos trabalhos”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 4, e Relatório de Inspeção Anual, item 14 (Ofício nº JFES-OFI-2016/01033).
--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

FOTOGRAFIAS DO LOCAL:

Verificou-se que na secretaria há um quadro informando o quantitativo mensal de processos (foto 1), para fins de controle de acervo. Observou-se, ainda, uma listagem com os processos da Meta 2 (foto 2), colada na parede ao lado do quadro.

Foto 1

Quadro de controle de processos mensais, intitulado "2ª Vara Federal". O quadro apresenta uma tabela com 12 colunas para os meses do ano (Abril/15 a Março/16) e 11 linhas de categorias de processos. Abaixo da tabela, há uma seção "METAS" com instruções e um resumo dos dados.

	Abril/15	Abril/16	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Jan/17	Fev/17	Mar/16
Processos													10.006
Processos em andamento	12.422	9.853	9.698	9.608	9.422	9.159							93
2. Desembargados	81	224	168	224	155	389							58/31
3. Recusados / Recus. TRF	8/7	7/16	20/25	13/14	11/26	12/17							11
4. Recusados	188	38	12	15	9	6							42
5. Remet. p/ TRF	44	90	14	38	48	54							3.566
6. Suspensos	1.868	379	3.636	4.128	4.528	5.082							207
7. Recusados	88	190	174	147	83	143							61
8. Suspensos Tipo A	11	32	35	46	46	17							136
9. Total sentenças	76	57	154	109	44	158							1.995
10. Decisões / Acórdãos / Acórdãos	402	1.419	1.308	2.569	1.169	1.561							9.853
11. Processos em andamento	12.538	9.698	9.808	9.422	9.159	8.816							

METAS:
1. Exatidão fiscal - trabalhar com conclusão mais antiga
2. Gêneros - manter em dia - não esquecer
3. Gêneros - manter em dia - não esquecer
4. Gêneros - manter em dia - não esquecer
5. Gêneros - manter em dia - não esquecer
6. Gêneros - manter em dia - não esquecer
7. Gêneros - manter em dia - não esquecer
8. Gêneros - manter em dia - não esquecer
9. Gêneros - manter em dia - não esquecer
10. Gêneros - manter em dia - não esquecer
11. Gêneros - manter em dia - não esquecer
12. Gêneros - manter em dia - não esquecer

Manter em dia: Remessa TRF
Basta
Certificar trânsito e receber
recursos

FOCO: Processos com CONCLUSÃO MAIS REMOTA

Foto 2





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

Metas de curto prazo (3 meses):

- Processar todas as petições iniciais cíveis protocolizadas há três meses;
- Processar os feitos conclusos para despacho há mais de cinco meses;
- Realizar hasta pública, para regularizar a situação dos processos que se encontram aguardando este ato;
- Priorizar o processamento, controlar rigorosamente os prazos e acompanhar os feitos da Meta 2, impulsionando-os à conclusão de sentença;
- Sentenciar os Ações Cíveis Públicas/Improbidade Administrativa e os processos incluídos na Meta Prioritária nº 02 em, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da sua conclusão;
- Gerar os expedientes pendentes há mais de seis meses.

Metas de médio prazo (6 meses):

- Processar os feitos conclusos para despacho há mais de três meses;
- Manter a prioridade no processamento das ações incluídas na Meta prioritária nº 02/CNJ, especialmente feitos com data de autuação até 2011, a fim de que as mesmas sejam conclusas para julgamento;
- Priorizar a análise das execuções fiscais, execuções por título extrajudicial e processos em fase de execução de sentença, visando reduzir seu congestionamento, em cumprimento à Meta nº 6.1.5/CNJ.

Metas de longo prazo (1 ano):

- Além de manutenção das metas já apontadas em três e seis meses, processar os feitos que estejam com conclusão aberta alcançar o estabelecido pela Corregedoria: despacho (30 dias) e decisão (60 dias), obedecendo a ordem cronológica;
- Manter a conclusão de sentença em dia, ou seja, sentenciar os processos dentro do limite estabelecido pela Corregedoria (180 dias).

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ENCERRAMENTO

Destaque-se a boa acolhida por parte dos Exmos. Juízes, da Diretora de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953

Isabelle Habib Oliveira, Mat. n.º 11.750

Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777

Taissa Souza Medeiros, Mat. n.º 15.567